



Anais da Assembléia

Nº 25

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 16.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 1995

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Toti Colaço.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Assunto: Indicação de Membros Titulares e Suplentes do Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa.

Os Deputados abaixo assinados, Líderes partidários, vêm pelo presente indicar os membros de suas respectivas bancadas para integrarem o Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa conforme se-

que abaixo relação:

Membros Titulares:

Orlando Pessuti
 Caíto Quintana
 José Maria Ferreira
 Nelson Tureck
 Milton Puppio
 Wal-mor Trentini
 Augustinho Zucchi
 Albanor Gomes
 Antonio Annibelli
 Élio Rusch
 Plauto Guimarães
 Eduardo Trevisan
 Marquinhos Alves
 Cezar Silvestri
 Irineu Colombo

Membros Suplentes:

José Tavares
 Nereu Mora
 Toti Colaço
 Duílio Genari
 Edson Silva Lino
 Sérgio Spada
 Edno Guimarães
 Waldir Rossoni
 Antônio Belinati
 Basílio Zanusso
 Reny Borsatto
 Jocelito Canto
 Luiz Carlos Alborghetti
 Edgard Bueno
 Emerson Nerone

Sendo o que temos para o momento, firmamos o presente.

Sala das Sessões, em 28.03.95

(aa) ROSSONI - Líder do PDT

CAÍTO QUINTANA - Líder do PMDB

ÉLIO RUSCH - Líder do PFL

ÂNGELO VANHONI - Líder do PT

SÉRGIO SPADA - Líder do PP

NELSON JUSTUS - Líder do PTB

CEZAR SILVESTRI - Líder do PSDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 580

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência, para o Projeto de Lei n.^o 066/95, do Senhor Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e imóveis residenciais.

Sala das Sessões, em 28.03.95

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO 565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 002/95, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 28.03.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 563

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Abegamil do Rocio Pallú, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Pessoa conceituada, de nosso relacionamento de amizade e deixa uma lacuna entre amigos e parentes.

Requer, ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência a família enlutada, a Rua Espírito Santo, 311, Vila Nova Rusia, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.03.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 578

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Vicente Antonio de Paula Costa, ocorrido, nesta Capital em 27.03.95.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.03.95

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em data de ontem, nesta Capital, o Dr. Vicente Antonio de Paula Costa, Engenheiro Civil, membro de tradicional família palmense, que deixou viúva Dona Lari e três filhas.

O passamento do Dr. Vicente veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Vicente.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre o Dr. Vicente, e o descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que saibamos

dar uma palavra de conforto a pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Dr. Vicente para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É retá a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece a sua graça. Guardará seu servo Vicente sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascaís chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abateu a família Paula Costa, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 579

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-funcionário aposentado deste Poder o Sr. Manoel Martins de Castro "Bimba".

Da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.03.95

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 569

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à família Caliceti, proprietária há quase 25 anos do Restaurante Rei da Massa Bolonha Ltda. Ao longo deste quarto de século, granjeou respeito, credibilidade e grande freguesia, diante de sua dedicação em bem servir à sua Comunidade. São profissionais sérios, altamente qualificados e mais recentemente, inauguraram sua nova sede, em rica instalação típica, aconchegante e cujo movimento traduz a ampla adesão de seu público!

O Ristorante Família Caliceti enriquece nossa Cidade, espalha orgulho para os bons apreciadores da boa comida e torna-se referência obrigatória no roteiro gastronômico da Capital do Paraná! Precisamos de empresários assim para cada vez mais valorizar nossa Curitiba!

Sala das Sessões, em 28.03.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 582

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações, pelos 302 anos de fundação de Curitiba - Capital do Estado do Paraná.

Em 1963 surgia a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Homens como Mateus Leme, Emanoel Pereira, Baltazar Carrasco dos Reis, empenharam-se com amor e dedicação, para fazer da pequena vila um local onde a então pequena comunidade pudesse viver em paz e segurança para exercerem as atividades laboriais que dariam à mesma o desenvolvimento sonhado. O tempo passou, muitos foram os homens que dedicaram sua vida e trabalho em prol do desenvolvimento da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais que hoje é Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Graças a homens que têm sabido administrar com sua sabedoria, dignidade e respeito, como, entre outros: Ney Braga, Saul Raiz, Omar Sabag, Ivo Arzua Pereira, Erasto Gaertner, Roberto Requião, Jaime Lerner e presentemente Rafael Greca, Curitiba tornou-se a cidade com a melhor qualidade de vida do País e, não podemos esquecer que o Legislativo Municipal tem dado a sua grande contribuição para suas grandes conquistas.

Que possa Curitiba continuar sendo iluminada pela Senhora da Luz dos Pinhais em sua trajetória vitoriosa de cidade humana e voltada para o homem.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Prefeito Rafael Greca, DD. Prefeito Municipal e ao Vereador Iris Simões, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 28.03.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 564

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Dr. Marcos Valente Isfer, Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito - DETRAN, solicitando a instalação da 9ª Regional do DETRAN em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 28.03.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

É antiga a reivindicação dos comerciantes, despachantes e a comunidade de Paranavaí e região, a instalação da 9ª Regional do DETRAN.

A reivindicação pretendida representa

a agilização, segurança e confiabilidade na expedição dos Certificados de Propriedade dos Veículos, CNH e outros em menor prazo, haja vista que atualmente é de 20 a 30 dias.

A CIRETRAN de Paranavaí, Loanda, Nova Londrina e Santa Isabel do Ivaí utilizam-se dos serviços do DETRAN de Curitiba, retardando em muito, a confecção dos documentos, acarretando ainda mais o aumento de serviço na Capital do Estado.

As obras em Paranavaí já foram executadas, estando à disposição toda a edificação para abrigar a sede da Regional.

Com a instalação da 9ª Regional, estará centralizando o atendimento da microrregião da AMUNPAR, cujas CIRETRANS se beneficiarão do serviço prestado, atendendo também vários municípios.

O Diretor-Presidente do DETRAN, Dr. Marcos Valente Isfer, também suplente de Deputado Estadual, após ter assumido a Diretoria do DETRAN, tem procurado dinamizar, informatizando e assegurando a eficiente prestação do serviço público, além da modicidade das tarifas.

A pretensão vem de encontro aos interesses da coletividade e ao processo de modernização empreendido pelo Diretor-Presidente da entidade.

REQUERIMENTO N° 566

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido de implantação de rede de esgoto na Rua Izidoro Voche - Santa Cândida. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais se propõem a pagar as manilhas. Maiores informações com a Sra. Ilda de Jesus Dias, pelo telefone 277-4521.

Sala das Sessões, em 28.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 567

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de tomar providências quanto ao lixão situado no Jardim Boa Vista IV, próximo ao ponto final do ônibus. Devido a esse depósito de lixo, há proliferação de animais nocivos à saúde, causando sérios problemas à toda comunidade. Os moradores dizem não aguentar mais essa situação, já fizeram um abaixo-assinado, porém afirmam que infelizmente não são recebidos por aquela Mu-

nicipalidade para a solução do problema.

Sala das Sessões, em 28.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 568

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de que sejam executados reparos na Rua Domingos Mocelim - Belo Rincão, tendo em vista que a mesma encontra-se em péssimas condições. O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, os quais solicitam que seja passada a máquina e colocado saibro.

Sala das Sessões, em 28.03.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 571

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Ramiro Wahrhaftig - Secretário de Estado da Educação, solicitando providências referente ao pagamento do vale transporte, devido aos servidores dessa Secretaria, bem como, dos órgãos a ela subordinados, tendo em vista que as demais secretarias estaduais já cumprem com o que a lei determina.

Sala das Sessões, em 28.03.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As Secretarias de Estado como: Saúde, Administração, da Criança, etc, já efetuaram a distribuição do Vale-Transporte aos servidores que percebem até 03 (três) salários-mínimos mensais.

Ocorre que fomos procurados por vários servidores lotados em órgãos da Secretaria de Estado da Educação e verificamos que os mesmos percebem de vantagens, menos de três salários-mínimos e não receberam até então o que é de direito, o vale transporte.

Segundo informações do GHRS, SEED, estão estudando de que maneira procederão a distribuição, pelas diversificações existentes quanto a cada cidade do Estado.

Nossa preocupação é que os servidores ficam sem receber o benefício, sendo que as demais Secretarias possuem os mesmos problemas de diversificações em diferentes cidades do Estado, e mesmo assim já distribuem o vale transporte aos seus servidores há meses.

REQUERIMENTO N° 572

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e sobe-

rano Plenário, seja enviado expediente ao Presidente do Banco Central e ao Presidente do Banco do Brasil, em Brasília, expondo e dando sugestões, apresentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rebouças - PR, em documento aprovado em Assembléia Geral realizada no dia 27.03.95.

Sala das Sessões, em 28.03.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Devido às chuvas ocorridas na fase de colheita da produção de feijão, os agricultores que financiaram o custeio desta lavoura na safra 94/95, solicitaram a cobertura do PROAGRO para poderem quitar suas dívidas. Começaram a chegar as indenizações e a frustração é inevitável, pelos seguintes problemas:

a) Resolução 2103, de 31.08.1994 em vigor, estabeleceu o percentual mínimo de cobertura de 70%, para o agricultor que não financiou feijão nos últimos três anos, ou para quem financiou e teve cobertura na última safra. Uma punição para quem resolveu utilizar uma tecnologia melhorada na sua lavoura.

Pela Resolução, só terão 100% de cobertura, aqueles agricultores que financiaram nas últimas três safras, pagaram o PROAGRO e não tiveram benefícios do programa. Como se vê, isto é uma grande injustiça, pois, o adicional, além de ser caro, é pago sobre os 100% do valor enquadrado, ora, se o agricultor paga sobre os 100%, porque na hora de usar dos benefícios do programa, receberá somente 70%?

b) A citada Resolução criou, ainda, o chamado orçamento analítico de acordo com este orçamento é que o agricultor tinha de apresentar os comprovantes de insumos. Neste orçamento tinha dotações para aquisição de sementes, adubos e defensivos. Isto causou os seguintes problemas:

1) Não tinha sementes no mercado na época do plantio, o que forçou os agricultores a plantarem com sementes próprias, que como todos dizem e está comprovado, não causaram nenhum problema para a lavoura financiada. Entretanto, o Banco (agente do PROAGRO) está considerando como recursos não aplicados, a dotação destinada para sementes, por não ter sido apresentada nota fiscal de sementes;

2) Os contratos foram assinados em setembro/94, mas os recursos só foram liberados, em muitos casos, até o dia 15.10.1994. Então, ocorreu de muitos agricultores plantarem a lavoura com adubo emprestado de vizinhos ou de comerciantes para pegarem as notas fiscais só depois que o dinheiro foi liberado pelo Banco. Agora, vem o Banco (agente do PROAGRO) e diz que o agricultor não aplicou os recursos destinados para adubação de base no orçamento, porque declarou ter plantado a

lavoura em 02.10.94.

A lavoura foi perdida exclusivamente devido às chuvas, a produção como todos dizem seria a melhor dos últimos tempos. Portanto, não podemos aceitar que o PROAGRO deixe de considerar o efeito chuvas prejudicando os agricultores, por detalhes técnicos que em nada prejudicaram o desenvolvimento da lavoura.

3) Outro problema é que o agente do PROAGRO está considerando o preço de R\$ 33,00 por saca de 60 kg de feijão, preço que não se atinge em lugar nenhum, devido a qualidade do produto e até por que não há interessados em adquirir feijão hoje no mercado.

O PROAGRO só tem dado prejuízos ao agricultor, pois, é caro, só assegura ao Banco e devido às regras e às sucessivas mudanças, não cobre nem 50% da dívida do agricultor com o Banco na hora que ele precisa.

PROPOSTAS:

1 - Que as autoridades competentes verifiquem, através de uma análise jurídica, a constitucionalidade do PROAGRO, devido as regras serem desiguais. O agricultor paga o adicional sobre 100% e se perder a lavoura só receberá 70% de indenização da dívida bancária do programa.

2 - Que o Banco Central, através do Conselho Monetário Nacional, estabeleça um enquadramento especial para a safra 94/95, quanto ao produto feijão, autorizando os agentes à recalcularem as indenizações, considerando apenas o efeito chuvas, desde que no laudo de comprovação de perdas, o perito tenha consignado como único fator de perdas, as chuvas. E, desta forma, não sejam efetuadas as deduções por uso de sementes próprias e datas de notas fiscais de insumos.

3 - Que, para as safras futuras, seja criado o Seguro Rural, de modo a cobrir os prejuízos que o agricultor desejar serem cobertos.

4 - Que todas as dívidas de custeio de lavoura de feijão, seja, prorrogadas automaticamente por um ano, nos termos do MCR-2-6-9, devido a dificuldade de comercialização do feijão e frustração de safra. Sem nenhuma exigência a mais, que as já existentes no contrato original.

REQUERIMENTO N° 573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ministro da Agricultura, levando ao conhecimento do mesmo a situação e as propostas apresentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rebouças-PR, em documento aprovado na Assembléia Geral realizada no

dia 27.03.95.

Sala das Sessões, em 28.03.95

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A situação dos agricultores do Município de Rebouças e Região Sul do Paraná, além de perderem aproximadamente 70% da safra do feijão, devido às chuvas na fase de colheita, não estão encontrando interessados em comprar o que sobrou da safra, o que os deixa numa situação desesperadora.

Diante do quadro que se apresenta, solicitam das autoridades que sejam tomadas medidas urgentes a fim de que se resolvam os problemas tais como: a) liberação de recursos do EGF e AGF para a região; b) a suspensão imediata de todas as importações de feijão ou outra medida alternativa para que os agricultores possam vender a produção de feijão.

Caso não venham a ser tomadas medidas para sanar o problema, a agricultura da região ficará extremamente comprometida, bem como toda a economia regional, sujeitando às autoridades a responsabilidade pela situação gravíssima da população.

REQUERIMENTO N° 574

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Previdência Social, levando ao conhecimento do mesmo a situação e as propostas apresentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rebouças-PR, em documento aprovado na Assembléia Geral realizada no dia 27.03.95.

Sala das Sessões, em 28.03.95

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Devido à edição da MP 598, de 29.08.94, os trabalhadores rurais estão sofrendo os seguintes problemas:

1 - BÓIAS-FRIAS:

a) Os bóias-frias estão excluídos do sistema previdenciário, pois, passou a ser exigido dele Carteira de Trabalho assinada, e o que é pior, a partir de 25.07.91;

b) O problema do bóia-fria na Previdência, é o conceito que o INSS tem dele, enquadrando-o como empregado e como tal ele tem que contribuir de modo permanente com Carteira assinada. Mas, na realidade, ele trabalha de modo temporário e as características do serviço não permitem que os contratantes assinem carteira profissional. Como um contratante assinará carteira para um bóia-fria que trabalhou para ele dois dias de serviço?

PROPOSTAS:

a) Que seja revogado este conceito, criando uma legislação nova que exija do bóia-fria o reconhecimento mínimo de 3 meses de contribuição por ano, a partir de 1996. E que seja ele próprio a recolher por meio de guia especial, sendo o valor do recolhimento equivalente a 10% do salário mínimo para cada mês trabalhado;

b) Para os bóias-frias em idade de aposentadoria, que seja exigido até o fim de 1995, somente comprovação de atividade rural mediante homologação da Declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

2 - SEGURADOS ESPECIAIS:

a) Os proprietários rurais enfrentam dificuldades para comprovar atividade rural, quando estão cadastrados no INCRA como Condôminos, pois, a emissão dos certificados e talões saem em nome do condômino titular;

b) Os produtores rurais arrendatários, parceiros, meeiros e similares, têm sérias dificuldades para comprovar atividade rural, devido à exigência de contratos registrados em cartório a partir de 1988, ou no caso da declaração do Sindicato à exigência de provas materiais de começo, meio e fim do exercício da atividade, ou seja: precisam de um documento de 1988, um documento de 1991 e um outro documento de 1994, que conste no nome do interessado(a) a profissão de lavrador(a) ou que vincule ele(a) à atividade rural.

PROPOSTAS:

a) Para os proprietários rurais cadastrados no INCRA como condômino, que seja exigido apenas uma certidão do INCRA, declarando a situação e o período de cadastro, valendo a referida certidão como prova plena do exercício da atividade rural para todos os membros do grupo familiar;

b) Para os produtores rurais arrendatários, parceiros, meeiros ou similares, que seja exigido provas materiais para homologar a declaração do Sindicato, somente a partir da data de vigência da Lei 8.213/91, ou seja, 24.07.91.

Entendemos que a exigência de provas documentais para períodos anteriores a 1991, só tem fundamento nos casos de aposentadoria por tempo de serviço do trabalhador urbano, mas nos casos de aposentadoria por idade do trabalhador rural, isso não tem cabimento.

Não somos contra que seja exigido provas documentais, mas é muito injusto exigir que uma mulher agricultora (trabalhadora rural) apresente documentos como lavradora no período anterior a 1991; quando a lei a considerava apenas como dependente da Previdência. Chega a ser uma hipocrisia do INSS, pois, ele sabe que raramente

alguma terá.

c) Em todos os casos em que os requerentes residentes na área rural, não apresentem provas materiais conforme as exigências do INSS, para homologação da declaração do Sindicato, que o INSS não possa indeferir a homologação do período declarado, sem antes consultar a comunidade rural onde reside o requerente, quanto ao exercício da atividade rural no período de carência. Confirmada pela comunidade o exercício da atividade no período, o INSS terá que obrigatoriamente homologar a declaração sindical.

d) Que a obrigatoriedade da apresentação da Carteira de Identificação e Contribuição - CIC, seja a partir de 1996, comprovando-se o exercício da atividade rural até o fim de 1995, na forma prevista no artigo 106, da Lei 8213/91, dando-se nova redação ao artigo 3º, da Medida Provisória 598/94, com suas reedições.

3 - REIVINDICAMOS AINDA:

a) Que o período de atividade rural exigida para aposentadoria por idade do trabalhador rural, tornasse a ser os últimos cinco anos, como era a redação original do artigo 143, da Lei 8213/91, o qual também foi atingido pela MP 598/94;

b) Pagamento de um salário mínimo a todos os deficientes físicos, independentemente de idade, custeado pela Seguridade Social;

c) Pagamento de um salário mínimo pela Seguridade Social, a todo idoso, cuja renda do conjunto familiar não ultrapasse a um salário mínimo mensal. Considera-se idoso quem tem 60 anos, e não 70 anos como são os casos da Renda Mensal Vitalícia por idade.

4 - ARRECADAÇÃO:

a) Que seja prorrogado o prazo para entregar a declaração anual das operações de vendas - DAV, para no mínimo até 30.06.95;

b) Que na declaração de vendas, os agricultores possam declarar sem ônus, as vendas que os adquirentes não lhe forneceram notas fiscais de compras. Caso contrário, não vemos muito sentido nesta declaração de vendas, pois, o problema da sonegação na contribuição rural com certeza está na produção comercializada sem emissão de notas fiscais por parte dos adquirentes;

c) Que o INSS se dedique em fiscalizar as contribuições rurais, na mesma proporção em que tem se dedicado para arrumar todos os tipos de obstáculos no momento dos trabalhadores requererem os benefícios de direito.

5 - MENSAGEM:

Os trabalhadores rurais, reunidos nesta Assembléia, não aceitam perda de direitos na Reforma Previdenciária, nem tampouco que seus direitos sejam tão vulneráveis, a ponto de serem mudados tão facilmente por Medida Provisória. Por certo, os idealizadores não sabem o quanto é sofrido trabalhar na roça.

REQUERIMENTO N° 575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Marcos Valente isfer, Mui Digno Diretor do DETRAN, solicitando a construção da CIRETRAN no Município de Iporã.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Vereadora Maria Aparecida Zago Udenal (Câmara Municipal de Iporã, Rua Pedro Álvares Cabral, s/n CEP: 87560-000) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar, conj. 101, Ed. Centro Comercial, Umuarama, CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 28.03.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A real necessidade de Iporã contar com um prédio da CIRETRAN, cuja construção observe os critérios e especificações do DETRAN, é indispensável a adoção de medidas por parte do órgão, à fim de viabilizar a proposta desejada.

A nossa iniciativa pretende suprimir a deficiência do serviço, uma vez que funciona em instalações inadequadas e insuficientes para atender a demanda da população.

REQUERIMENTO N° 576

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para atender o Município de Altônia.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado aos Senhores Vereadores Reinaldo Detoni, Anélio Detoni, João Rota (Câmara Municipal de Altônia, Rua Getúlio Vargas, 82 CEP: 87550-000) e ao Senhor Alexandre Ceranto, Deputado Federal (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 - 1° andar, em Umuarama, CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 28.03.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O setor de segurança no Estado tem

apresentado um índice de criminalidade que começa assustar as famílias paranaenses, decorrente do crescimento vertiginoso do processo de empobrecimento da população.

Com isso o Estado tem sido obrigado a investir na melhor aparelhagem do setor de segurança com mais pessoal, melhor remuneração, viaturas, armamentos, etc.

O Município de Altônia tem necessidade urgente de ser atendido nesta reivindicação.

REQUERIMENTO N° 577

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Deni Schwartz, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Distrito de Serra dos Dourados em Umuarama, ao Distrito de Carboneira em Maria Helena, conforme assinado no mapa em anexo.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado o Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 CEP: 87501-130); Vereador Inácio Pereira Pinto (Câmara Municipal de Umuarama, Rua Min. Oliveira Salazar, 4964 CEP: 87502-010); Senhor Jessé Batista Corrêa, Prefeito Municipal de Maria Helena (Praça Brasil, 1690 CEP: 87480-000) e Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 - 1° andar, Umuarama CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 28.03.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação é uma aspiração antiga daquela população, uma vez que a estrada em questão faz a importante ligação entre os Municípios de Umuarama e Maria Helena. Atualmente o trecho encontra-se em péssimo estado de conservação o que resulta em sérias dificuldades no setor de transporte de cargas, principalmente na época de comercialização da safra agrícola, como também no trânsito dos moradores da localidade, que em dias de chuva o acesso se torna difícil.

REQUERIMENTO N° 581

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Cônsul da República Federal da Alemanha, no sentido que seja aprovado o projeto.

"Banco Mundial da Ecologia"

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.03.95.

1 - Banco de Dados

2 - Recursos Financeiros - Projetos Ecológicos.

1 - Banco de Dados - Informações de Projetos Ecológicos, aprovados com eficiência em tese: Estudos técnicos acompanhados por biólogos, e técnicos especialistas em Ecossistema, Biodiversidade. Os projetos deverão, ser registrados, e assinados com absoluta clareza e garantia de resultado:

1 - Relatório da Equipe responsável, pelo Projeto Aprovado;

2 - Parecer técnico com base, no Desenvolvimento e sua Estrutura;

3 - Resultado, e a sua perspectiva futura com Dados Oficiais;

4 - Deverá ser fotografado em cores: início, meio e fim.

5 - Filmar em fita VHS, Videocassete;

6 - Encaminhar ao Banco Mundial da Ecologia, o qual será armazenado em seu Banco de Dados, a quem interessar-se ou a disposição em contrário.

7 - Objetivo deste Banco de Dados, será fornecer Projetos já aprovado para todos os Países, que estão poluindo o Planeta, e multar ou decretar o fechamento de indústria que continuarem poluindo o nosso Planeta Terra, ou Projetos Ecológicos afins.

2 - Recursos financeiros para os projetos Ecológicos. Deverá ser instituído de comum acordo, com todos os Países do mundo o (Imposto Ecológico) desmatamento, produtos químicos de alta poluição: barril de petróleo, aerosol, mercúrio e outros; comprovados por estudos científicos, como é o derramamento de petróleo no mar, e as Indústrias Químicas.

Os Países que causarem desastres ecológicos serão penalizados pela ONU, em grau máximo de responsabilidade, com a vida humana e o ecossistema. Que o Banco Mundial da Ecologia, encaminhe um projeto financeiro à ONU.

Proposta:

Todos os Países do mundo, deverão encaminhar os Projetos de Armamentos de Guerra, Projeto Espacial, Projeto de Risco, Projeto a Fundo Perdido, sejam repassados os recursos financeiros para Projetos do Banco Mundial da Ecologia, conforme avaliação, parecer e votação na ONU.

Parágrafo Único - Fica decretado, que a ONU no uso de suas atribuições legais, que 70% dos Recursos Financeiros, será repassado ao Banco Mundial da Ecologia, o qual será responsável de liberar aos Países que estão morrendo de fome.

Na miséria, do seu próprio holocausto, sem sombra de dúvida, é o próprio homem!

Sala das Sessões, em 28.03.95.

(a) CARLOS SIMÕES

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 083/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.03.95

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, desde a sua fundação, vem cumprindo fielmente os objetivos que motivaram a sua criação, dentre os quais destaca-se a ampliação e o fortalecimento da capacidade administrativa, econômica e social dos Municípios aos quais presta assistência técnica. Tais fatos por si só justificam a presente proposição, pelo que, solicitamos o aval dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de nesta tarde, tornar público, é claro, um Fórum de Debates que ocorreu no dia de ontem no Município de Rebouças provido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município e dos demais da região. E quero aproveitar a oportunidade de, além de fazer a leitura dos assuntos lá tratados, enviar três Requerimentos após aprovados pelo Plenário: ao Ministro da Agricultura, ao Ministro da Previdência Social, ao Presidente do Banco do Brasil e Banco Central. Também quero registrar que durante à tarde daquele Seminário, daquele Fórum de debates na minha região, no Município de Rebouças estiveram presentes, também, o Deputado Péricles durante à tarde e do Deputado Federal, Padre Roque. E com certeza, Deputado Péricles haverá de fazer alguns comentários a respeito dos assuntos lá tratados.

Um dos primeiros assuntos debatidos naquele Seminário diz respeito sobre a comercialização da safra de feijão.

"Os agricultores do Município de Rebouças e região sul do Paraná, além de perderem aproximadamente 70% da safra do feijão devido às chuvas na fase da colheita, não estão encontrando interessados em comprar o que sobrou da safra, o que os deixa numa situação desesperadora.

ESTAMOS ENVIANDO EXPEDIENTE AO MINISTRO DA AGRICULTURA

Proposta:

Diante do quadro que se apresenta, estamos solicitando que sejam tomadas medidas urgentes, tais como: liberação de recursos do EGF e AGF para a região; suspensão imediata de todas as importações de feijão; ou então outras medidas alternativas para que os nossos agricultores possam vender a produção de feijão. Caso sejam tomadas providências urgentes a agricultura da região ficará extremamente comprometida, bem como toda a economia regional, ficando para as autoridades a responsabilidade pela situação gravíssima da produção.

SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL:

Situação:

Devido a edição da Medida Provisória 598, de 29/agosto/1994, os trabalhadores rurais estão sofrendo os seguintes problemas:

1 - QUANTO AOS BÓIAS FRIAS:

Estes estão excluídos do sistema previdenciário, pois, passou-se à exigir deles a carteira de trabalho assinada, e o que é pior, a partir de 25/julho/1991. Todos sabemos que o bóia fria trabalha de modo temporário e as características do serviço não permitem que os contratantes assinem carteira.

PROPOSTA QUE ESTAMOS ENVIANDO AO MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL:

1) Que seja revogado este conceito de bóia fria e que seja criado uma legislação nova que exija do bóia fria o recolhimento mínimo de 3 meses de contribuição ao ano, a partir de 1996. E que seja ele próprio (o bóia fria) a recolher por meio de guia especial; sendo o valor equivalente a 10% do salário mínimo para cada mês trabalhado.

2) Para os bóias frias em idade de aposentadoria; que seja exigido até o fim de 1995, somente a comprovação de atividade rural mediante homologação da declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

2 - QUANTO AOS SEGURADOS ESPECIAIS:

Situação:

Os proprietários enfrentam dificuldades para comprovar atividade rural; quando não estão cadastrados no INCRA como condôminos, pois, a emissão dos certificados e talões não saem em nome do condômino titular, como são os casos dos arrendatários, parceiros, meeiros e similares.

Propostas:

a) Para os proprietários rurais cadastrados no INCRA como condôminos, que seja

exigido apenas uma certidão do INCRA, declarando a situação e o período de cadastro, valendo esta declaração para todos os membros do grupo familiar.

b) Para os parceiros, arrendatários, meeiros e similares que seja exigido provas materiais para homologar a declaração do Sindicato, e somente a partir da data da vigência da Lei 8.213/91, ou seja, 24 de julho de 1991.

REIVINDICAMOS, AINDA:

1) Que o período de atividade rural exigido para aposentadoria por idade, tornasse a ser os últimos 5 anos, como era a redação original do artigo 143, da Lei 8.213/91, o qual foi atingido pela MP 598/94.

2) Pagamento de salário mínimo a todos os deficientes físicos e a todo idoso, cuja renda familiar não exceda a um salário mínimo mensal.

Este assunto já tratamos aqui e que o deficiente físico está assegurado na Constituição o direito a 1 salário mínimo e no entretanto a Previdência, o Governo Federal não está cumprindo, não está pagando e nem sequer aceitando os pedidos desse benefício.

Observamos ainda que considera-se idoso quem tem 60 anos, na visão dos trabalhadores rurais, porque na verdade eles começam a trabalhar a partir dos 10, 12 anos de idade. O homem que trabalha na lavoura, o filho do pequeno agricultor, ele desde o início, desde os seus 12 anos de idade já está trabalhando, ajudando o pai pelo menos num período, ou pela manhã, ou pela tarde. Gostaria Senhor Presidente, se a Liderança não utilizar, usar o horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - V.Exa. passa a falar no horário da Liderança do PMDB.

O SR. TOTI COLAÇO - Muito obrigado Senhor Presidente.

Então, o que nós falávamos que seja considerado quem tem 60 anos de idade, e não 70. Nos 70 anos é a renda vitalícia, que é por idade, e que até nesta idade ainda estão criando problemas para o pessoal que busca a sua pensão vitalícia.

Quanto a arrecadação, é claro que os sindicalistas, que os trabalhadores rurais na sua humildade também colocaram sugestão ao Ministro da Previdência Social, que seja prorrogado o prazo para entrega de declaração anual das operações de venda, no mínimo até o dia 30 de junho de 95. E que o Instituto Nacional de Seguridade Social fiscalize as contribuições rurais na mesma proporção em que tem se dedicado a

arrumar todo tipo de obstáculo no momento em que os trabalhadores requerem os seus benefícios. Esses assuntos foram exaustivamente debatidos ontem em Rebouças e há uma vasta documentação que nós estamos enviando ao Ministro da Previdência Social. E como um dos últimos assuntos tratados naquele fórum de debates também foi discutido sobre o PROAGRO e dívidas com bancos. E também vai um Requerimento, o Deputado Orlando Pessuti tem exaustivamente debatido este assunto do PROAGRO através do Bloco Agropecuário, já esteve em Brasília, está empenhado já há muito tempo, e vem de reforço Deputado Orlando Pessuti este manifesto dos pequenos agricultores da minha região, que também vou colocar aqui como proposta que eles colocam para nós e para o Presidente do Banco Central, do Banco do Brasil e do próprio Ministro da Agricultura.

Devido as fortes chuvas ocorridas na fase da colheita, da produção de feijão, os agricultores que financiaram o custeio dessa lavoura na safra 94, 95, solicitaram evidentemente a cobertura do PROAGRO para poderem quitar as suas dívidas. Começaram chegar as indenizações e a frustração é inevitável. Ocorre que a Resolução 2103 de 31 de agosto de 94 em vigor estabeleceu o percentual mínimo de cobertura de 70% para o agricultor que não financiou feijão nos últimos três anos, ou para quem financiou e teve cobertura na última safra, somente 70%. Uma punição evidentemente para quem resolveu utilizar uma tecnologia melhorada na sua lavoura. Pela Resolução só terão direito aos 100% da cobertura aqueles agricultores que financiaram nas últimas três safras, pagaram o PROAGRO e não tiveram benefícios do programa, como se vê. É uma grande injustiça. Pois o adicional além de ser caro é pago sobre os 100% do valor enquadrado. Ora, se o agricultor paga sobre os 100% por que na hora de usar os benefícios do programa recebe apenas 70% ainda louve e agradeça a Deus, porque na verdade nem sequer os 70% estão pagando hoje.

Outro problema grave é que o agente do PROAGRO está considerando o preço de 33,00 reais por saca de sessenta quilos de feijão, preço que não se atinge em lugar nenhum devido a qualidade do produto, e até porque não há interessados em adquirir feijão hoje no mercado. Diante disso o PROAGRO só tem dado prejuízos aos nossos agricultores. Pois é caro e o PROAGRO só assegura mesmo o dinheiro do banco, seja do Banco do Brasil, seja do Banco do Estado, seja do Banqueiro, do banco particular, do banco privado. E é devido as regras e sucessivas mudanças não cobrem nem sequer da dívida do agricultor com o banco.

Esse assunto do Proagro é um assunto que deve ser tratado com mais rigor pelo nosso bloco agropecuário, o Pessuti está tratando disso. Recebi uma denúncia no domingo de que o cidadão agricultor lá do interior do meu município fez o Proagro em toda sua lavoura, utilizou adubação adequada, fez a cobertura, fez tudo de acordo com o Projeto do agrônomo, levou o fiscal do Banco do Brasil durante diversas vezes na sua lavoura, veio a chuva, perdeu toda sua colheita, não deixaram o agricultor colher absolutamente nada. Foi o fiscal do banco, foi o engenheiro que fez o Projeto e o Banco do Brasil levou um engenheiro agrônomo para acompanhar, fiscalizar o Projeto que o engenheiro particular havia feito. Mandaram para o PROAGRO perca total da lavoura, resultado, ele tinha financiado quatro mil e duzentos reais e o PROAGRO chegou com o pagamento de 90 reais para ele, para o agricultor alegando que ele não usou o adubo adequado, e ele usou, inclusive, um adubo melhorado daquele que estava no Projeto. Ele evidentemente não recebeu os 90 reais, devolveu, essa documentação está vindo no meu gabinete e eu vou fazer um estudo melhor, vou discutir com o Zuk que é o Presidente da Comissão da Agricultura, com o Pessuti, porque isso é um verdadeiro absurdo, houve a produção, a colheita estava pronta para ser colhida a safra de feijão, de primeiríssima qualidade.

Então não é o adubo que tem que ser discutido naquele momento, não é se foi feita ou não a cobertura, e o Banco esteve lá, assinado pelo próprio fiscal do Banco, dizendo que a lavoura era uma das melhores safras que o cidadão ia colher. No entanto os tecnocratas deste maldito PROAGRO atestaram que ele não usou adubo adequadamente e estão querendo pagar 90 reais. Estes são os absurdos que estão acontecendo com a nossa agricultura e com os nossos agricultores.

Então queria ao finalizar dar entrada dos três requerimentos que serão encaminhados à Brasília, e eu vou tirar cópias e encaminhar para todos os Deputados Federais da nossa Bancada porque esse é assunto que estão discutindo na revisão Constitucional, principalmente o caso dos aposentados, o pessoal que está na agricultura, dos bóias frias, dos trabalhadores rurais, é o caso do PROAGRO e tantos outros assuntos que foram debatidos naquele Fórum lá em Rebouças e automaticamente com o apoio da Assembléia Legislativa estes requerimentos haverão de ter corpo, ganhar força e serem recebidos, recepcionados pelas autoridades competentes em Brasília, e espero que a bancada nossa possa dar uma guarida muito forte.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputa-

dos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, por incumbência da Mesa Executiva desta Casa estivemos domingo e mais precisamente no dia de ontem, segunda-feira, representando este Poder na reunião do Conselho Parlamentar do Sul. Reunião essa efetivada na grande e querida Cidade de Porto Alegre na presença dos ilustres Presidentes da Assembléia do Rio Grande do Sul o Deputado José Germano, do Presidente da Assembléia de Santa Catarina Deputado Pedro Bitencourt Neto, do Deputado Vice-Presidente do Mato Grosso do Sul, Maurício Picarelli e da nossa pessoa representando o Presidente Anibal Khury e a todo esse Poder.

Na pauta daquele encontro tivemos a satisfação de colaborar daquilo que realmente é interesse de todos nós do Cone Sul, porque presenciamos lá em Porto Alegre a presença do ilustre governador do outro extremo desta Nação, governador do Ceará, Tasso Jereissati que lá comparecia para tentar iniciar a parceria dos seus produtos, do fabrico principalmente daquela atração turística que é o Ceará e de todas as coisas atinentes ao seu Estado, lá estava ele, presente, dando o passo para que o governo do Rio Grande do Sul fosse ele o intermediário da representação neste comércio com os países que compõem o MERCOSUL.

O Conselho Parlamentar do Sul, Senhores Deputados, iniciado há anos passados, teve na presença do ex-presidente desta Casa, o Deputado Orlando Pessuti, sempre a atuação devida na representação e nos reclamamos ao nosso Estado. Foi assim que diversos Senhores Deputados que nos acompanharam em outras oportunidades e se agora lá não estiveram conosco, foi porque o Conselho Parlamentar do Sul, e mais precisamente nesta Casa ainda não está formado, mas esperamos no futuro quando a representação do Nereu Moura, a presença do Algaci Túlio, a presença do Toti Colaço ou a presença do Pessuti, do Djalma de Almeida César e de diversos outros companheiros, sempre se fizeram ouvir naqueles reclamamos, a Assembléia do Estado e principalmente ao governo do Estado do Paraná.

Vimos Senhores Deputados naquele encontro, que os cortes feitos na Nação brasileira pela equipe econômica que aí se assenta no governo maior desta Nação, os seus reflexos irão sentir principalmente na administração pública do Paraná, de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, porque

nós somos os três Estados que exportam realmente mais do que importam nossas famílias e a nossa indústria.

Com o governo federal fazendo diversas insenções de alíquotas de produtos a serem exportados, o nosso Paraná, mais precisamente o nosso Estado, vai perder na ordem de 200 milhões de dólares. Perde também Santa Catarina, perde o Rio Grande do Sul e o governo Federal. Nada dá em troca aos nossos governantes e às nossas famílias que nós representamos.

Tivemos também a participação através da Associação dos Municípios do Paraná, na pessoa do professor Nildo que fez um relato, um apanhado pelo qual o Fundo de Participação dos Municípios, onde esse Fundo, não aquela parte técnica que é devida e é de lei e é distribuída num sentido equitativo, mas aquela outra parcela do Fundo onde o norte e nordeste deste país levam por quase 90% do Fundo de Participação, 85% e sobra tão somente a nós do Sul, a parcela de 15 ou 10% daquela outra parte do Fundo.

A cada dia, Senhores Deputados e Senhor Presidente, nossos domicílios, a minha Ponta Grossa, a nossa Imbituva, Castro, Piraí, Ivaí, Ipiranga estão sendo tirados do Fundo de Participação 10, 12, 15, 18 e até 28% sem nenhuma explicação do governo maior desta República.

Então Senhores Deputados, nesta participação do Conselho Parlamentar do Sul, além das divisas de exportação, onde os reclamamos da administração interior deste país e mais precisamente dos nossos Estados, onde há briga entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul na indicação do Presidente do BRDE, aonde o achego das administrações nas pessoas dos 4 Presidentes ou deles representados nessa reunião, havemos de fazer a parceria para adotar o Sul de uma única voz na pessoa do nosso Presidente do Conselho Parlamentar do Sul. Foi, nas últimas administrações do Conselho, de que a rotatividade, onde pelo período de dois anos de cada Mesa Executiva desses 4 Parlamentos, fosse presente a ação do Presidente a cada um desses Estados que o compõe.

Assim é que, no dia de ontem, referendamos e homologamos a Presidência do Conselho do ilustre Deputado Germano do Rio Grande do Sul. Que fala por nós, que age por nós, que vai brigar por nós para que também tenha, o governo federal, os reclamamos através de uma voz única e um pensamento de todos os Estados do Sul.

O Sr. Caíto Quitana - Me permite um aparte?

(Assentimento)

Parabenizo Vossa Excelência por ter representado essa Assembléia no Encontro

de Porto Alegre e parabenizo Vossa Excelência dos Campos Gerais por ter tido a possibilidade de permanência naquele Estado do Rio Grande do Sul.

Deputado Zuk, Vossa Excelência levanta um assunto na Assembléia Legislativa que deve despertar todos nós do Sul do Brasil. Durante anos e anos essa região do Brasil responsável pela produção por indústria, por grande parte daquilo que se produz na Nação tem sido efetivamente desconsiderado. Veja Vossa Excelência. Quando acontece o episódio que é rotineiro de seca no Nordeste, o Orçamento da União, imediatamente destina recursos para uma Região que o tempo tem mostrado para todos nós que não dá retorno. No entanto enquanto uma geada que destrói a nossa produção de feijão ou destrói os nossos cafezais. Ou num momento em que o trigo sofre eventualmente numa colheita uma dificuldade, nós não vemos nenhuma reação do Governo Federal em socorro a uma região que dá respostas imediatas. A Constituição de 88 manteve privilégio às regiões de desenvolvimento, abriu uma porta para isso que V.Exa. levanta da grande quantidade de recursos do Fundo de participação destinado a outras regiões em detrimento do Sul.

Mais do que nunca, Deputado Zuk, além da participação tenho certeza brilhante de V.Exa. nesse Encontro, nós precisamos intensificar esse intercâmbio dos Estados do Sul que muitas e muitas vezes embora não tratado na nossa esfera mas dá ressonância nas Assembléias Legislativas do Sul do Brasil, em unidade com nossos Deputados Federais para mostrar de que essa região do país não pode continuar sendo penalizada. Da forma como está, o Sul hoje é o primo rico que está ficando pobre. As dificuldades são enormes, nós temos falta de socorro e amparo no momento oportuno. Nós caminhamos pelas nossas pernas e muitas e muitas vezes ainda nos puxam o tapete.

Então este meu aparte é para dizer uma coisa: nós temos que conversar entre as Bancadas do Paraná para, em contato com o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Mato Grosso, inclusive, fortalecermos uma base parlamentar de cobrança sistemática do Sul do país. Para que ele possa, na verdade, ser a sustentação dessa Nação. Da forma que a coisa está daqui a pouco nós somos como uma grande empresa comercial: que abre diversas filiais mas por falta de socorro e gerenciamento na matriz, acaba quebrando a empresa inteira. Nós estamos em véspera de falência e os cortes do Orçamento às Regiões do Sul que já foram muito pouco aquinhoadas no Orçamento da União, certamente representarão sérios problemas de administração para nossos Estados.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o aparte do ilustre Deputado Caíto Quintana e reforçando a posição do ilustre Deputado que vem nos honrar com o aparte, os cortes do Orçamento terão efeitos em abril, as contas públicas da Nação o Governo fez um corte de 9,5 bilhões de dólares, fazendo com que nós do sul sejamos, como o ilustre Deputado argumenta e conhece, sejamos os mais penalizados. Todas as emendas ao Orçamento feitas pelos Senhores Parlamentares que aprovaram o presente Orçamento que está em exercício, quase todas elas, quase todas foram elas tiradas do orçamento. Todos os custeios aonde a parceria do Governo do Paraná feita pelo Governador Riquião, pelo ex-Governador Mário Pereira, naquilo que concerne hoje nas mãos de Jaime Lerner também foram cortadas.

O Paraná infelizmente, Srs. Deputados, como Santa Catarina, como o Rio Grande do Sul e como o Mato Grosso do Sul foram os mais penalizados pelo Governo Central desta República. O que nós precisamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é realmente fazer valer a nossa voz, a nossa presença e aquilo que o Paraná e o sul deu à Nação. A sustentação econômica dessa Nação foi feita por nós.

Não somos contra o norte e o nordeste, mas queremos de volta aquilo que nos foi tirado e aquilo que estão nos tirando no dia de hoje. Se não levantarmos realmente uma posição sulista aonde não há separação de Brasil, mas uma posição de independência, se nós produzirmos, se nós contribuirmos, se nós pagamos, nos queremos a retribuição em obras e principalmente em dotações orçamentárias.

O Sr. Orlando Pessuti - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Luiz Carlos Zuk, V.Exa. nos acompanhou em todas as reuniões que tivemos no Conselho Parlamentar do Sul, como bem disse ao lado de outros Parlamentares desta Casa, é voz autorizada neste momento, sem sombra de dúvida para não só relatar a reunião de ontem em Porto Alegre, mas para falar de todas quantas delas já participou na existência desse Conselho Parlamentar do Sul.

Tivemos o privilégio de instituir este Conselho, junto com Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e o objetivo dele, como bem já frisou V.Exa. e nós próprios em outras oportunidades, é de mantermos a integração dos Estados que compõem a região sul deste país, mais o Mato Grosso do Sul, na defesa daquilo que é nosso interesse, na defesa daquilo que é nosso direito.

Lembro-me que por mais de uma vez, quando nas reuniões realizadas, seja em

Porto Alegre, seja em Florianópolis, Curitiba, seja em Campo Grande, ou seja em cidades do interior do Paraná, como foi o caso de uma delas em União da Vitória, uma outra em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, assuntos da maior importância e relevância para o nosso Estado foram debatidos e nós com a presença do Parlamento do Estado do Paraná conseguimos deixar lá uma posição firmada.

Foi assim quando conseguimos que os estudos referentes a rodovia Norte Sul, que tem por objetivo ligar a capital Buenos Aires, na Argentina, a São Paulo no nosso território brasileiro, que tinha projetos no sentido de que ela viesse pelo litoral, Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo; tinha outro projeto que ela viria pelo interior de Santa Catarina, chegaria em União da Vitória e viria para Curitiba, quando nós lá demonstrando o interesse que nós tínhamos nessa rodovia, na sua interiorização, conseguimos que os estudos fossem também direcionados no sentido de que esta rodovia ao chegar ao Paraná, na Cidade de União da Vitória, que tivesse ela seu traçado alterado para Irati, Ponta Grossa, Jaguariaíva, e aí entrando no Estado de São Paulo por Itararé, Itapeva, chegando até a capital.

Em outras ocasiões debatemos e lutamos pelo traçado do gasoduto, que trará o gás oriundo da Bolívia, que tem traçados já estudados um deles, vindo por Campo Grande, cortando todo o interior de São Paulo, chegando até Campinas, e daí fazendo derivações para a Cidade de São Paulo, Belo Horizonte e para o Sul do País. E o outro traçado esse gasoduto onde entraria através do chaco paraguaio por Foz do Iguaçu, cruzando aí todo o Estado do Paraná.

Tivemos uma outra luta memorável e que hoje já é consenso nos discursos e nas teses de pedida pelas mais ilustres autoridades Políticas do Paraná no que diz respeito ao ICMS que não é cobrado da energia elétrica produzida no Paraná e vendida para outros Estados. E me diz o Deputado Sérgio Spada, que ainda hoje fará um pronunciamento a esse respeito na Assembléia Legislativa.

Esse conselho Deputado tem que permanecer, como disse V.Exa., não é uma luta do Sul contra o Norte, contra Sudeste, contra o Sudoeste ou coisa parecida; é uma luta em favor do Sul, porque nós aqui no sul estamos acostumados a ser reconhecidos como os ricos da corte, mas na realidade nós temos todos os problemas que os outros Estados têm. E se nós não estivermos devidamente afinados, devidamente entrosados e articulados com os demais Parlamentos dessa região nós corremos o risco de ver outras medidas sendo adotadas a nível de Congresso Nacional, a nível de Poder

Público Central que venham a prejudicar sensivelmente a nossa economia e a condição social da nossa gente. Vamos permanecer com o nosso Conselho, vamos continuar lutando por ele, cumprimentos ao Presidente Anibal Khury por estar ativo nesta situação, e tenho certeza que V.Exa., não só nessa reunião de ontem, mas em todas as outras que acontecer, lá estará junto com outros Parlamentares, para que possamos juntos levar adiante a defesa da região sul do nosso País.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o aparte de V.Exa.. E queria dizer com o exemplo dado pelo Conselho Parlamentar do Sul tem reflexos a nível Nacional. Vejam só Srs. Deputados e Sr. Presidente no próximo dia 30 vai ter um encontro aonde a sociabilidade dos mineiros, dos paulistas e de outros que ali irão comparecer, o encontro de Belo Horizonte, aonde o Conselho Parlamentar do Sul irá se associar com outros parceiros, representantes de um quadrante Nacional, aonde uma posição geográfica nos identifica e nos irmana para nos posicionarmos contra aquele loby feito de representantes do outro extremo da nossa Nação. Não é admissível que Estados como os nossos, como Minas, São Paulo, como outros grandes Estados, Goiás, fiquem alheios a decisões pelas quais aquilo que é gerado, que é produzido, que é vendido por nós, leve parte dele realmente a grande parte para o Norte e Nordeste.

Assim é que, Srs. Deputados, novamente estaremos fora desta Casa, no próximo dia 30, lá fazendo um encontro já numa regimentação maior do sul, aonde possamos levantar e empunhar aquela bandeira da verdade, bandeira de devolver a nós a atenção dos Governo Federal, eu tenho a certeza que novos companheiros, novos Presidentes e, principalmente, novas soluções haveremos de trazer.

O Sr. Sérgio Spada - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Zuk, fico contente por saber que essa entidade que está se organizando e se preparando para fazer o seu trabalho junto ao Congresso, principalmente neste momento de revisão constitucional. Estive lá, como disse ontem no meu pronunciamento, e senti a falta de uma mobilização, de um loby do sul para fazer com que os nossos direitos fossem efetivamente garantidos. Vou até ler a Letra C do Artigo 159 da Constituição de 88 que diz: "A União entregará 3% para aplicação em programas de financiamento do setor produtivo da região Norte, Nordeste e Centro Oeste, através de suas instituições financeiras, de caráter regional de acordo com os planos

plurianuais de desenvolvimento...", e assim por diante.

Nobre Deputado, 3% do Orçamento Geral da União está carimbado, vai para o Norte, Nordeste e Centro Oeste. Esse artigo é fruto do Lobby, da articulação política do Norte, Nordeste, Centro Oeste, que levam, imagina V.Exa. dos 400 bilhões de dólares que é o orçamento geral da União 3% que dá cerca de 12 bilhões de dólares a fundo perdido para aquelas regiões. Esse tipo de coisa tem que acontecer também aqui no Sul, caso contrário continuaremos trabalhando, produzindo e o dinheiro vai para o Nordeste nem sempre com aquela finalidade para a qual é destinada.

Está de parabéns V.Exa., e a Assembleia Legislativa do Paraná tem o compromisso e a obrigação de se mobilizar para defender os interesses do sul.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço ao nobre Deputado Sérgio Spada, e queria dizer que além de ser nosso encontro a nível nacional aonde estaremos no próximo dia 30, já marcamos para o próximo dia 04 de maio em Florianópolis aonde as reuniões do Conselho Parlamentar do Sul iniciada no Rio Grande sobe à Santa Catarina, vem ao nosso Paraná e vai até Mato Grosso do Sul. Mensalmente os quatro Senhores Presidentes se reúnem para num sentido de unidade representar o Sul em todas estas participações como esta que o ilustre Deputado Sérgio Spada traz a todos nós, a aberração feita e conseguida dentro do Congresso Nacional. Acho que chegou a hora, Srs. Deputados de forma diferenciada, onde todos nós num sentido único e realmente gerenciada pelo espírito de irmandade nacional aonde irmãos nossos do Norte e Nordeste sejam atendidos, mas que nós do Sul também tenhamos o reconhecimento do Governo maior desta Nação.

Concedo aparte ao ilustre Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Zuk quero me somar com seu pronunciamento e até dar algumas sugestões. Acho que três questões são fundamentais para que seja uma luta não somente do Paraná, mas que seja dos três estados do Sul, e até acatando a sugestão do Deputado Caíto Quintana, incluindo o Mato Grosso do Sul. A questão do ICMS parece que o Deputado Spada vai se pronunciar à respeito, a questão da duplicação da BR 116 que acho que é de fundamental importância para o desenvolvimento inclusive do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e também a questão do MERCOSUL. Acho que os três Estados do Sul, principalmente o Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina que são produtores de grãos devem se unir na questão do

MERCOSUL. Aparentemente já estão definidas as regras básicas do MERCOSUL, mas acho que ainda há tempo para que o MERCOSUL seja repensado, mas para isso há necessidade de um trabalho de todas as bancadas estaduais e federais para alertar o Governo Federal das conseqüências da implantação do MERCOSUL como está. Será decretada a falência da agricultura no Brasil, porque se nós somarmos os três Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, isso corresponde a mais de 50% da produção Nacional de grãos. Então acho que essas questões o Senhor como representante junto ao Conselho deve levar essas preocupações para que realmente se unam. O grande segredo do Nordeste tem sido a união nas causas do Nordeste nós sempre dizemos aqui, estamos chorando que na questão do orçamento, em todas as questões que o Sul é relegado ao segundo plano, mas infelizmente o Sul nunca se une nas questões únicas que favorecem os dois Estados. Acho que o momento é de união e principalmente nesses três casos queria dar sugestão para que fosse levado ao Conselho, que fosse debatido e que fosse acatado pelos três Estados numa luta única.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Pediria à Presidência para me conceder o Horário da Liderança do PDT. (Concedido)

Concedo aparte ao ilustre Deputado Nelson Tureck.

O Sr. Nelson Tureck - Obrigado Deputado Zuk, quero dizer o seguinte, o que falta hoje em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande e Mato Grosso é a força da união, isso que o Senhor Deputado frisou há pouco. O que falta é que os partidos políticos se unam. Quando falamos em uma região, não existe o PMDB, o PDT, o PFL, o PTB, o PSDB e também o PT, porque se cada um for puxar "a sardinha para o lado dele" acontece o que está acontecendo ao longo dos anos no Estado do Paraná, um Estado tão rico e o exemplo está aí.

O Paraná, com toda a produção foi o Estado que mais perdeu a população, que foi embora do Estado. O que precisa é que os políticos se unam e defendam a bandeira do Estado do Sul, para que não aconteça irem brigar lá no Congresso Nacional, lá na Câmara dos Deputados, as barbaridades e os absurdos que acontecem neste Brasil, onde o dinheiro é derramado, é jogado fora, interesse de políticos lá para o lado do nordeste, onde se fazem obras faraônicas que não teriam a mínima condição de serem feitas e ainda se fizessem, pegam o dinheiro e fazem 10% das obras.

O dinheiro jogado fora no nosso Paraná, dinheiro jogado fora do Mato Grosso, de Santa Catarina e, do Rio Grande. Preci-

samos defender, olhar um estado e uma população e esquecer lá no Congresso Nacional, lá na Câmara dos Deputados, esquecer os partidos políticos e dizer bem alto: "Aqui é o sul que está brigando e reivindicando" para que não aconteça o que não foi feito com o ICMS do Estado do Paraná, quando eu não vi um Deputado Federal do Paraná se manifestar e brigar contra aquilo que tiraram do nosso Estado, que é o ICMS, onde o nosso trabalhador, o nosso funcionário, o nosso comércio, a nossa indústria e agricultura usam energia elétrica e têm que pagar 25%. Se vende para São Paulo, nós não temos o retorno. Está na hora de se unir e de pensar em uma política nova, em um Brasil novo. Aí sim, política da verdade, da sinceridade. Não que por frente é uma coisa e por trás, se fale outra coisa totalmente diferente.

Parabenizo, nobre Deputado guerreiro do Estado do Paraná, dos Campos Gerais, Ponta Grossa, pela sua manifestação, pelo seu empenho e pela sua dedicação e de ter ido nos representar no Estado do Rio Grande.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Tivemos, através de documentos, a presença da palavra oficial do governo do Estado, onde a desoneração do ICMS das exportações, das nossas mercadorias através do Porto de Paranaguá, vai fazer com que este ano, o Paraná e alguns municípios do nosso Estado, percamos uma receita de 200 milhões de dólares e ainda o mesmo nosso querido Paraná, que é o maior produtor de energia elétrica, vai perder o equivalente a 16% do seu ICMS, coisa que o ilustre Deputado Sérgio Spada irá com maior propriedade e maior conhecimento, se atinar a um dos seus pronunciamentos futuros e por essa imunidade tributária, nas operações interestaduais de energia elétrica, sendo também o nosso Estado um dos maiores produtores de grãos do país, e grande parte dessa nossa parte e dessa nossa base econômica, está inserida nas exportações em especial de produtos primários, faz com que essa redução nossa não tenha o ressarcimento das exportações que são, pelo governo federal, isentadas e faz com que 10% da nossa receita do IPI e mais precisamente 80% do imposto de importação que irá reduzir o Estado de um valor equivalente a 5% do seu ICMS, beneficiando, Senhor Presidente e Senhores Deputados, única e exclusivamente o governo federal. Acho que chegou a hora de nós, realmente, nos posicionarmos e fazer que aquele exemplo a ser seguido pelo Norte e o Nordeste quando numa das últimas reuniões da revisão da Carta Maior deste país, aonde estão somente as Lideranças, votaram no Congresso nacional e conseguiram que aquilo relatado dos 4% do nosso

Orçamento da Nação e benefícios vários outros tenham o Norte e o Nordeste do País a sua sustentação política superior à nossa em termos de representatividade na Casa Maior de Leis desta Nação.

É uma vergonha nossa. Porque faltava o que nós iniciamos há dois anos passados, que era a união do Sul. Agora com a participação do dia 30, mais ainda se associando a outros Estados vizinhos ao nosso, ao nosso Conesul. Para nós fazermos realmente valer aquela luta que não é nossa mas é a luta desta parte do Brasil que muito contribui a essa Nação.

O Sr. Eduardo Trevisan - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Luiz Carlos Zuk Vossa Excelência traz à discussão um tema que de certa forma já foi até objeto de uma discussão anterior feito ontem, quando aqui não só me pronunciei mas também ao Deputado Spada, a respeito da distribuição dos recursos do Governo Federal em todas as unidades da nossa Federação. E nós voltamos àquela discussão da necessidade de não perdermos a grande chance, nesse momento em que toda Nação se volta para a revisão constitucional. Uns a favor outros contra. Mas acho que não podemos perder a oportunidade de aproveitarmos o momento e de vez fazermos a grande revisão constitucional que vai fortalecer a Federação, vai dar uma independência maior às suas unidades e vai, por fim, dar um basta à política do pires na mão e essa necessidade até de que nós tenhamos que nos unir para buscarmos aquilo que já é o nosso direito.

O Governo Federal acena com a idéia de, na reforma tributária mais especificamente, acabar com ICMF e com o IPI e criar um imposto único o IVA, que seria arrecadado pelo Governo Federal. É uma medida retrógrada que vai contribuir ainda mais para as unidades da Federação dependerem do Governo Federal. O que a gente tem que fazer nessa discussão, evidentemente, não é tomar uma atitude de preconceito em relação aos nossos irmãos do Nordeste. Acho que nós temos é que fortalecer os nossos laços de união, amizade e de respeito.

Mas Vossa Excelência coloca bem quando nós não podemos mais admitir essa discriminação em relação a nós, que muitas vezes somos os responsáveis pela sustentação econômica desse país. O que revolta ainda mais, não é só saber que muitos dos recursos que nós contribuimos com esse país não voltam mais para cá. Eles muitas vezes se dirigem a Estados do Nordeste e são mal aplicados. Tive oportunidade como prefeito de fazer uma visita a um Projeto de ligação da EMBRAPA na Cidade de Petrolina no Sertão de Pernambuco e Juazeiro da Bahia.

Maravilhoso o Projeto, pena que ele cobriu uma pequena área só do Estado. Um projeto de irrigação e que os técnicos da EMBRAPA nos provavam que a terra de todo o Nordeste ela possui tudo aquilo que a nossa terra aqui tem: todas as riquezas, sais minerais. A única coisa que não tem é água e que se houver um Projeto coerente, eficiente de irrigação o Nordeste se torna uma das regiões mais ricas deste país, a exemplo da Califórnia nos Estados Unidos.

Agora, o que temos a lamentar é que de acordo com estudos técnicos fica demonstrado que de todos os recursos destinados ao Nordeste para Projeto de irrigação, apenas 11% atingiam o objetivo final que foi realmente a transformação dos recursos em projetos de irrigação que atenderam as necessidades.

Por isso o caminho que eu entendo é fortalecermos as nossas bandeiras, no sentido de aproveitarmos o momento para fortalecermos a distribuição de recursos no país, através da reforma tributária para que os nossos estados tenham independência no andamento e na realização dos seus projetos e não tenhamos que depender de briga junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, para conseguirmos aquilo que já é do nosso direito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Encerrando, Sr. Presidente, queria dizer que nos acompanhou neste Encontro de Porto Alegre o ilustre jornalista Rafael de Lala e com ele tivemos a satisfação de ir até a ARI que é a Associação Riograndense de Imprensa, aonde testemunhamos aquela imprensa forte, aquela imprensa que realmente de perto, junto com o Rio Grande do Sul, através da sua Associação com mais de dois mil jornalistas lá credenciados, pagando a mensalidade e dando mostras de que quando uma classe unida faz presença e a imprensa unida dali, da Associação Riograndense de Imprensa deu a Rafael de Lala que aqui no Paraná tenta erger a Casa da Imprensa do Paraná, tenta associar os Senhores jornalistas e homens ligados à imprensa, fazendo a sua associação forte, trouxe ele de lá subsídios, trouxe o exemplo dessa classe que infelizmente aqui no Paraná não tem a sua Casa. A imprensa do Paraná, Srs. Deputados, não tem a sua casa e o Rio Grande dando mostras do exemplo a ser seguido pelos jornalistas e por homens da imprensa do Paraná que é se associando como nós estamos fazendo em termos de representação política, Rafael de Lala testemunhou que o nosso Paraná realmente precisa principalmente desta leva nova de jornalistas associados aqueles velhos e ilustres e gabaritados jornalistas deste Estado, fazendo com que a nossa imprensa tenha a sua sede, tenha a sua casa, seja reconhecida de uti-

lidade pública como é ali no Rio Grande do Sul, tenha aquela força que nós vimos lá e tenha a sua representação em todos os reclamos feitos, sejam eles políticos, sociais, comunitários, lá está presente uma representação da Associação Riograndense de Imprensa.

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, comunicamos que no próximo dia 30 estaremos lá em Belo Horizonte nos associando com outras Assembléias desta Nação para trazer o sul aquele alento tirado e aquela atenção devida do Governo Federal e no dia 4 de maio novamente lá em Florianópolis representando esta Casa na briga pela emancipação e pela atenção ao sul do país. Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do PP, PT, PSC, PFL, PPR.

(Todos Declinaram)

Liderança do Governo. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, (LE) O Governador Jaime Lerner estará hoje no oeste do Estado para lançamento de vários...) Programas Sociais, em Cascavel e Toledo, desenvolvidos pelo Governo do Paraná e que vão funcionar em parceria com as prefeituras municipais. São ações descentralizadoras, de melhoria da qualidade de vida da população no interior, com a preocupação voltada principalmente para a criança carente e meio ambiente. Acompanham o Governador a Secretária da Criança e Assuntos da Família, Fani Lerner, e o Secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura.

Em Cascavel, às 10 horas, no quartel da Polícia Militar, será implantado o "Formando Cidadão". Depois, o Governador visita a UNIOESTE e, ao meio-dia, segue para Toledo, onde concede entrevista coletiva, inspeciona obras do Parque dos Pio-neiros e, lança três Programas no Município: as Vilas Rurais, a Linha do Ofício, o "Lixo que não é lixo" e Câmbio Verde. À noite, abre o I Fórum Internacional e o III Fórum Nacional de Experiências Comunitárias, no Olinda Park Hotel.

MENORES DE RUA

O Programa Formando Cidadão vai ensinar diversos ofícios a meninos de rua, dentro do quartel da Polícia Militar, em Cascavel. Numa primeira fase, 20 crianças serão atendidas: elas receberão três refeições diárias, terão acesso às oficinas do batalhão e, além da educação profissionalizante, terão noções de cidadania e vida social. Esta experiência já vem sendo feita - e dando bons resultados - em Curitiba.

Logo depois da visita à UNIOESTE, onde

fica por uma hora, começa a segunda etapa da viagem de Lerner à região Oeste do Estado. O Governador vai a Toledo e, às 13 horas, concede entrevista coletiva à imprensa, na Prefeitura. Em seguida, visita as obras de melhoria do Parque dos Pioneiros, quando também assina convênio para repasse de recursos, que serão utilizados na urbanização do Rio Toledo.

PROGRAMAS SOCIAIS

Dezoito famílias de agricultores vão ocupar uma área de 141 mil metros quadrados, próxima ao conjunto habitacional São Francisco, onde vai ser implantada a primeira Vila Rural de Toledo. A pedra fundamental será lançada pelo Governador Jaime Lerner, às 15h30min. Os lotes destinados às famílias têm, em média, 5 mil metros quadrados, e permitem a agricultura de subsistência e a produção de um excedente para comercialização.

No Centro Social Urbano da Vila Pioneira, às 16h30min, três outros Programas vão ser lançados pelo Governador: a Linha do Ofício, o "lixo que não é lixo" e Câmbio Verde. Toledo é o primeiro município do interior a receber o Linha de Ofício, que oferece cursos de iniciação profissional a jovens a partir de 14 anos e cuja renda familiar não ultrapasse três salários mínimos.

Um ônibus transformado em sala de aula leva instrutores pelos diversos bairros da cidade, ensinando ofícios como corte e costura, datilografia, informática, eletricitista, encanador e auxiliar de escritório, entre outros. O Programa existe em Curitiba desde 1989, quando foi implantado pelo então prefeito Jaime Lerner.

No caso de Toledo, o Programa vai incluir duas novidades: a Linha do Ofício Rural, que vai dar a profissionalização agrícola e a Estação do Ofício, com a mesma função da linha, mas em locais fixos.

Meio Ambiente.

A preservação do meio ambiente é o principal objetivo dos outros dois programas que serão lançados nesta terça-feira. A experiência curitibana de reciclagem do "Lixo que não é lixo" vai se somar a outro que vem sendo desenvolvido em Toledo, e atende a 30% da população local. Agora, vai ser estendido a todo o município.

Junto com ele virá o Câmbio Verde, através do qual três mil famílias carentes, de seis associações de moradores, vão trocar lixo reciclável - papel, plástico, vidro - por alimentos produzidos na região. A prefeitura participa do Programa, intermediando a compra dos produtos agrícolas.

Estes os projetos que lança hoje o Governador do Estado no interior, nas Cidades de Cascavel e na Cidade de Toledo.

Venho também à tribuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para dizer que amanhã a Capital do Estado do Paraná, a Capital ecológica, a Capital de melhor qualidade de vida, de uma das três melhores qualidade de vida no mundo, que é Curitiba, completa amanhã 302 anos de existência. O Prefeito Rafael Greca tem desenvolvido ações extraordinárias em benefício da cidade, e as mais recentes estão aí, à vista de todos, o Farol do Saber, uma biblioteca lançada em bairros da cidade, que além de auxiliar a parte cultural, auxilia também na parte da Segurança Pública.

Lança também o Senhor Prefeito amanhã à tarde, para o qual convidamos todos os Deputados que estiverem em Curitiba para acompanharem a inauguração da Rua da Cidadania, lá no terminal do Carmo. Uma obra realmente extraordinária que vem de encontro à descentralização do município para os bairros da cidade. Uma rua em que vai atender o pessoal da fila da COHAPAR, que vai receber o pessoal de outros setores da Prefeitura, liberação de alvará, pedidos de alvará, enfim, procurar descentralizar os atendimentos que são feitos no prédio central da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Então, acho que a Capital do Estado está de parabéns porque vem tendo uma continuação de trabalho, iniciado no novo esquema pelo Governador Jaime Lerner, do qual tive o prazer de ser o seu vice-Prefeito e dividir a Prefeitura durante vinte e duas ocasiões.

Uma parceria que teve um peso muito forte da Câmara Municipal de Curitiba, aqui representada pelo ex-Vereador Cesar Seleme, ex-Vereador Ângelo Vanhoni. E tem sido esta Câmara Municipal a grande parceria com a Prefeitura nos grandes projetos que o Prefeito Rafael Greca tem implantado na Capital do Estado do Paraná.

Curitiba se desenvolve, a Capital continua sendo reconhecida a nível nacional e internacional como uma das melhores cidades do País, tem sido objeto de comentários internacionais, tem sido visitada como nunca aconteceu. Curitiba nunca teve a cultura do turismo, e ultimamente tem representado um crescimento extraordinário na área do turismo na Capital do Estado, basta que se verifique o grande movimento no Jardim Botânico, na Ópera de Arame, na Universidade Livre do Meio Ambiente, nos parques de Curitiba. Acho que a qualidade de vida dos curitibanos mudou extraordinariamente.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu na qualidade de seu ex-Vereador, na qualidade de seu ex-vice-Prefeito, de um Deputado com a votação na sua maioria de 47 mil votos no último pleito,

40 mil conquistados na Capital do Estado, venho me somar à felicidade do Prefeito Rafael Greca de Macedo e dos Vereadores da Cidade de Curitiba e de seus municípios pelos 302 anos.

Até o final desta sessão, terei em mãos a programação de amanhã, de inaugurações, de algumas solenidades que tenho certeza muitos dos Senhores Parlamentares terão o prazer de participar destas festividades.

Obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PTB. Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, caríssimos Deputados.

Subo à tribuna hoje para comunicar aos Deputados que estarei juntamente com o Deputado Algaci Túlio apresentando um projeto de lei semelhante ao que o Vereador Adalberto Pereira da Silva apresentou na Cidade de Londrina.

Todos temos uma preocupação muito grande com o aumento da violência e da criminalidade. Particularmente tenho uma posição de que grande parte dos crimes cometidos na nossa sociedade são resultado da miséria e das diferenças sociais, e outra parcela ainda é resultado da natureza humana, que por mais rica e harmônica que seja uma Nação, esses crimes ainda existem.

Uma das medidas que podemos tomar para contribuímos com a diminuição da criminalidade, são medidas que dificultem a venda de armas de fogo. O que acontece hoje, e eu próprio sou testemunha deste fato, é que todo cidadão que quer comprar uma arma de fogo e apresente elementos básicos, ele consegue, sem mesmo ter a habilitação necessária para essa finalidade. É como se o motorista primeiro tirasse a sua carteira de motorista para depois aprender a guiar. Hoje o cidadão comparece a uma loja de armas, compra a sua arma sem saber manuseá-la, sem ter preparo psicológico para isso e depois ele vai tirar o seu porte que é muito fácil para isso, e não existe impedimento, empecilho algum para que ele atinja esse objetivo.

O projeto de lei que estaremos apresentando aqui inverte essa situação. Ao invés de o cidadão chegar na loja, comprar a arma e depois conseguir a sua habilitação para o uso, ele vai ter primeiro que conseguir o porte de arma para depois conseguir comprar a arma.

Quais são as medidas que esse projeto de lei vai instituir e tornar obrigatório não só mais na Cidade de Londrina, mas em todo o Estado do Paraná...

O Sr. Ricardo Chab (Aparte) - Gostaria, só a título de orientação para sua pessoa, explicar que isso já é feito em Curitiba, Deputado. A Delegacia de Explosivos de Armas e Munições dá uma aula para quem quer tirar o porte.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Isso é obrigatório?

O Sr. Ricardo Chab - É obrigatório. Hoje, para se tirar esse porte aqui em Curitiba, o cidadão tem que ter o curso e ser aprovado pela autoridade policial.

Então, quero, até a título de esclarecimento, antes que o senhor apresente um projeto de lei, isso já é feito aqui em Curitiba. O Senhor poderia, inclusive, visitar a Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, para que o Senhor conheça de fato, para que o Senhor não possa incorrer naquilo que já existe. Só a título de esclarecimento.

O SR. EDUARDO TREVISAN - O que pretendo agora, Deputado, é apresentar um projeto na Assembléia que vai valer para todo o Estado do Paraná. Se existe em Curitiba, é ótimo, pode até a experiência de Curitiba nos valer de exemplo.

O Sr. Ricardo Chab - Deputado, o porte de arma que é dado aqui em Curitiba, serve para todo o Estado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Mas daí o cidadão pode tirar porte lá em Cornélio Procopio, Umuarama, em Londrina, e assim por diante.

O Sr. Ricardo Chab - O porte de armas só é fornecido pela Delegacia de Explosivos, Armas e Munições do Estado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Isso aí é uma lei estadual ou municipal, aqui em Curitiba?

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento)

Entendo os apartes feitos pelo Deputado Ricardo Chab, mas acho de fundamental importância que se estabeleçam critérios sérios na concessão de porte de arma.

Na semana passada, participei do Programa "QI na Televisão" na Rede Manchete, ao lado do companheiro Antenor Bonfim, que teve um fato triste na sua família. Quando sua filha estava no seu automóvel, num sinalheiro no bairro Barigüi, e ocorria naquele instante um assalto a uma agência bancária ali no Seminário, e os assaltantes, na fuga, se apoderaram do carro da filha do Antenor Bonfim e ela, num gesto

normal de uma jovem, acabou sendo baleada pelo bandido, perdendo a vida naquele local.

Sou prontamente contrário a se armar a população. Da mesma forma é contrário a armar a população, o companheiro Antenor Bonfim. E, estivemos num debate com um delegado de polícia e contra um advogado que é proprietário de uma academia de instrução de tiros, que são favoráveis a armar a população. Acho até interessante isso, porque um delegado de polícia - e isso até vou levar ao conhecimento do Secretário de Segurança Pública -, vai a um programa de televisão expor uma posição que não ficou bem clara, se era dele ou se era da Secretaria. Tive a preocupação de dizer que a opinião era do Delegado e não refletia o pensamento da Secretaria de Segurança Pública.

O que ocorre é o seguinte: é muito mais fácil tirar um porte de arma para se comprar um revólver, do que tirar uma carteira de motorista. E qual é a arma mais perigosa? É o automóvel ou a arma, ou é o revólver ou a Winchester? Acho que é a arma, o revólver, porque, mesmo não tendo a devida experiência, todo mundo sabe pegar num volante de automóvel, todo mundo sabe dirigir. Uma criança com 15 anos de idade, já dirige. Já uma arma, até o profissional corre o risco de cometer uma imprudência no manuseio de uma arma.

Então, no debate, o que nós presenciávamos? Que 88% da população é favorável a que o povo se arme. Isto me assusta, amedronta-me, a partir do momento que a gente vê a facilidade com que se tem de comprar uma arma.

Deixo um exemplo agora, deste crime que aconteceu numa chácara em São José dos Pinhais. Calouros da Tuiuti foram fazer uma festividade no sábado à tarde, estendendo até à noite. O que aconteceu? Um estudante, 18 dias atrás havia comprado um revólver. Será que ele estava devidamente habilitado? Será que ele tinha toda uma experiência para manusear uma arma e acabar matando com um tiro na cabeça, um menino que estava ajudando na festa, que não havia nada de excepcional que levasse este estudante de jornalismo, a cometer um crime tão bárbaro.

É esta a questão que temos que discutir nesta Casa, com a Comissão de Segurança Pública, e que o Deputado Ricardo Chab assume agora como Presidente e que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti assume como vice-Presidente.

Acho que a Comissão de Segurança Pública precisa aprofundar. Temos que começar a analisar a questão da liberação da compra. É necessário dar uma co-responsabilidade ao vendedor da arma. Que ele não fique desobrigado, tão logo ter vendido a

arma, não ter nenhuma responsabilidade. O que vai acontecer com aquela arma? Ele também tem que ser responsabilizado. É isso que vamos fazer constar nesse projeto de sua autoria, que tenho a certeza, terei o prazer de assinar.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

O que falta neste país é vontade política. Acho interessante. Acompanhei o debate do "QI na Televisão", com o Deputado Algaci. Acho que vivemos numa democracia. Não estamos mais em regime de exceção neste país. Como sou a favor da pena de morte para crimes hediondos, como o bandido tem o direito de matar as famílias, sempre aparece uma tal de Comissão de Direitos Humanos para defender o bandido. Nunca vi uma Comissão de Direitos Humanos. Minha vida visitar a casa de alguma família que tenha sofrido um crime, que tenha sido violentada.

Vejo muito a Comissão de Direitos Humanos dos Estados Unidos, pensando que esse país aqui é país de vagabundo, que isso aqui não tem dono. Quando matam um bandido, vem lá o povo dos Estados Unidos se meter a besta, vem falar "ingreis" aqui, entendeu, pensando que o Brasil é um país de analfabetos. Acho que esses caras têm que cuidar do país deles e não cuidar daquilo que é nosso.

Outro detalhe: acho que há necessidade de vontade política. O projeto de Vossa Excelência é importante, o Deputado Ricardo Chab foi muito feliz. Nós, para tirarmos o porte de arma agora, houve uma reunião com o Secretário Cândido, com o Governador Jaime Lerner. O Dr. Candinho está querendo aparar essas arestas. Todo o porte de arma, mesmo que seja feito lá em Londrina, em Cornélio, tem que vir para a Capital do Estado, tem que vir para cá.

Então, há necessidade de se fazer um curso, há necessidade de uma orientação. Porque agora mesmo vamos receber a carteirinha de Deputado. Atrás da carteirinha está lá: "você tem direito de usar arma"! Eu, por exemplo, não sei como é que uso esse trem. Então, tem que ter um curso.

Vamos parar de hipocrisia! Se vou receber uma carteira com direito de andar armado, por que o trabalhador não pode comprar uma arma e andar armado para defender a sua família com o seu porte de arma. Ora, vamos lavar a cara e tirar a máscara! Ou a Presidência vai fornecer uma carteira que está neste exato momento com o Secretário de Segurança, que dá o direito de eu andar com uma arma dentro do carro para guardar a minha vida. Se vou ter esse direito sem curso, então o trabalhador, que quer preservar a sua família, não

vai sair matando a torto e a direito, mas preservar a sua família, saber usar a arma na hora certa para preservar o seu filho, a sua filha.

Então, acho de fundamental importância e aplaudo a idéia de Vossa Excelência, que é do nosso bloco, que estamos aqui para trabalhar juntos, para um novo caminho, um novo Paraná. Aplauzo a idéia de Vossa Excelência.

E o mais importante, a necessidade também de se criar vergonha na cara neste país e acabar com o contrabando de armas. Porque em Miami se compra containers e mais containers dos Estados Unidos com metralhadora.

Você vê que o armamento, esses dias entraram no BRADESCO aqui em Curitiba com granadas e armas do exército americano! Ora gente, é inacreditável! Você vê o que acontece no Rio: a polícia tem medo de enfrentar os bandidos do Rio de Janeiro porque os bandidos estão mais bem armados do que a própria polícia. Mas olha, aplaudo a idéia de V. Exa. e tenho certeza que eu, o Deputado Chab, todos os partidos haveremos de votar com V. Exa. porque o Projeto de V. Exa. vem trazer algo de bom à comunidade paranaense.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Muito obrigado a todos os Deputados que fizeram aparte.

Vou procurar harmonizar o meu Projeto à realidade já existente. Acho que temos que cada vez mais impormos barreiras para que se tire ou se possa comprar uma arma. Particularmente entendo que o cidadão armado e mal preparado é uma ameaça para ele próprio, para sua família e para toda a sociedade.

Esse Projeto não vai acabar com a criminalidade. Evidente que é necessária um contexto, um conjunto de medidas para se diminuir esses índices. Mas é uma das medidas que vai contribuir para se diminuir a criminalidade. Até voltou à discussão e me entusiasmei para vir falar sobre esse assunto, exatamente por esse crime. Um estudante de 19 anos, despreparado psicologicamente, realmente demonstrou que um cidadão despreparado, e com porte de arma, pode realmente, representar um perigo à sociedade. Portanto o meu Projeto em conjunto com o Deputado Algaci, vou procurar harmonizá-lo já com a legislação vigente e vou procurar recrudesce ainda as barreiras existentes para que se venda e se conceda porte de arma à população do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Sérgio Spada com a palavra.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada

Ironi Pugliesi.

Hoje se costuma falar muito em modernidade.

Não basta falarmos em modernidade, nem mesmo querermos ser modernos. O que é preciso é buscarmos os caminhos capazes de construir uma sociedade com as características de liberdade e justiça que estão na raiz do respeito à pessoa humana.

Modernidade não é reduzir o Estado à sua expressão mínima, nem abandonar os marginalizados à própria sorte, em nome de uma entidade nebulosa chamada "mercado". Aliás, dias atrás, tivemos a oportunidade de vermos o Deputado Delfim Neto, que não pode ser acusado de estatizante, dizer, em alto e bom som, que os capitalistas não são exatamente cavalheiros do século XVIII e que é preciso um Estado forte, com condições de arbitrar as forças econômicas, impedindo o massacre dos mais fracos e desprotegidos.

Vivemos, em nosso País, um momento de tensão.

O Plano Real conseguiu, até agora, controlar a inflação e seu efeito corrosivo sobre a sociedade em geral. Mas os ajustes que se fazem necessários demandam mudanças que aguçam as contradições políticas e projetam certa insegurança sobre o futuro.

A tendência é quebrar o forte centralismo que marcou a República, concretizando a Federação com o fortalecimento político e econômico dos Estados, o que implica, sem dúvida, numa maior responsabilidade para com as respostas que a população exige do Poder público.

O Estado do Paraná, ao longo do tempo e, de modo particular, no último decênio, desenvolveu-se de modo harmônico, ampliando sua infra-estrutura e estabelecendo condições que o projetam, no contexto brasileiro, como um modelo de administração pública. Sua população trabalhadora, encontrando eco em governos eficientes, conseguiu reduzir os danos e a devastação que o desmonte da máquina pública, a corrupção e a inflação causaram na maior parte deste País.

Mas, para que o Paraná continue respondendo aos desafios de sua população, deve tomar medidas que aliem a racionalização dos gastos com a implementação de sua arrecadação.

E é aqui que somos forçados a adotar uma postura reivindicatória capaz de unir todos os paranaenses, independentemente de suas eventuais divergências político-partidárias.

Trata-se da supressão da letra "b" do inciso X, do artigo 155 da Constituição Federal, que determina que "sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis

líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica", não incidirá imposto.

E falo para V. Exas., nobres colegas, com conhecimento de causa. Era Deputado Federal à época da Constituição e fui um dos que trataram dessa isenção pretendida pelos Estados importadores de energia elétrica em troca dos chamados "royalties" da exploração dos recursos hídricos que está contido no parágrafo 1º do artigo 20 da Constituição Federal que hoje beneficiam enormemente Foz do Iguaçu, os municípios da beira do lago e todo o Estado do Paraná.

Na época, nas subcomissões, nas Comissões temáticas, um grupo de Parlamentares, principalmente do Estado do Paraná, tendo sempre ao lado o ex-Senador José Richa, lutávamos para fazer com que os "royalties" pagos pela Itaipu Binacional que iam para os cofres da União ficassem efetivamente no Estado do Paraná.

Uma emenda de minha autoria, uma proposta de minha autoria foi aprovada por consenso na Mesa de negociação e trouxe enormes benefícios para os municípios da minha região, especialmente treze municípios da minha região, mas também para o Estado do Paraná. E hoje o Paraná e esses municípios recebem na ordem de cem milhões de dólares anuais, dinheiro suficiente para pôr em prática um programa de extensão em todo o Estado de Governo. Cem milhões de reais é muito dinheiro, esses recursos estão vindo para o Estado do Paraná, estão vindo para os municípios da região; mas na mesa de negociação tivemos que abrir mão da possibilidade de tributar a energia exportada com o ICMS.

No entanto, a manutenção da isenção do imposto sobre a energia elétrica, tem sido extremamente prejudicial para o nosso Estado.

A cobrança do ICMS sobre a energia elétrica, não na origem, mas na "ponta" desvinculando a geração de energia do fato gerador do imposto, tem feito o Paraná perder recursos preciosos. E, ainda que sejamos um Estado "importador" de petróleo e seus derivados a compensação por essa isenção não repõe, minimamente, as perdas que ocorrem com a não-cobrança de boa parte da energia elétrica produzida em nosso Estado.

Apenas para ilustrar.

A previsão orçamentária de Itaipu para 1995 é de cerca de 2 bilhões e 189 milhões de dólares. A análise do movimento financeiro das operações inter-estaduais de energia elétrica permitem projetar uma sangria mensal de 35 milhões de dólares, o que corresponderia a um incremento de quase 20% da nossa arrecadação.

Sem dúvida, o Paraná é prejudicado, e muito com essa isenção constitucional que,

na verdade, transfere recursos do nosso Estado para regiões mais ricas, contribuindo, desta forma, para um perverso processo de concentração de renda dos Estados mais poderosos.

No momento em que se iniciam os debates em torno da reforma constitucional, tão necessária, convoco todos os paranaenses, os que detêm responsabilidades públicas, para a supressão dessa isenção. Ela é injusta e produz iniquidade, uma vez que tais recursos serviriam para o fortalecimento das bases econômico-sociais de uma sociedade mais fraterna.

Suprimindo-a, estaremos dando um passo efetivo em direção da justiça social.

E a modernidade que queremos é esta: um Paraná produtivo, rico, mas cuja população, de forma democrática, tenha acesso aos bens produzidos por todos."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Mais uma vez estaremos votando nesta Casa aumento de servidores públicos do Estado do Paraná, e mais uma vez fica evidenciada a preocupação de muitos Parlamentares que tentaram, à época do aumento concedido aos servidores do Executivo, de que via-emenda fosse dado um aumento linear.

Por que Senhor Presidente e Senhores Deputados? Porque quando se dá aumento diferenciado a categorias do Executivo abre-se a porta exatamente para acontecer o que está acontecendo hoje. O Judiciário encaminha com o Ministério Público e o Tribunal de Contas, cumprindo o rigor da Constituição de poderem propor seus próprios vencimentos, uma Mensagem à Assembleia Legislativa propondo o aumento de vencimento desses Poderes.

Quero deixar claro aqui, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que acompanhando, analisando a força do argumento das mensagens chegamos à conclusão daquilo que o Judiciário fez no estrito cumprimento de uma base de cálculo, adotou e encontrou com um pacto na folha 14.09 para o aumento da magistratura. Por quê? Porque numa média ponderada quando foi dado 25% para uma categoria, 15 a outra e 10% a outra não poderia se esperar que o Judiciário mandasse para a Assembleia um aumento dos seus vencimento de 10%. Buscou, portanto, um impacto de folha e encontrou o número 14.09 como o aumento da magistratura.

A minha intervenção Senhor Presidente, Senhores Parlamentares é porque pessoalmente conheço o trabalho da justiça e da serventia da justiça. Sou inclusive ser-

ventuário, e digo aqui que não faço um pronunciamento em causa própria porque sou serventuário dos cartórios extra-judiciais, sou Tabelião, portanto cobrando custas. Mas conheço o trabalho que fazem as serventias, os funcionários da Justiça que trabalham com salário pago pelo Tribunal de Justiça, são as chamadas serventias judiciais, que são, entre outros tantos os escrivães de crime, de civil, distribuidor, contador, funcionários, zeladoras, funcionários burocráticos, auxiliares e tantos outros que têm no Estado do Paraná um vencimento altamente defasado.

Muitos e muitos serventuários do interior inclusive, exercem função sem remuneração em algumas de suas cidades. Muitos poucos fora, no interior, e não sei se existem em grandes cidades, quem recebe, por exemplo, para tocar o cartório eleitoral, que via de regra é assumido por um ou outro serventuário acumulando uma função sem remuneração.

Está na hora Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, de começarmos no Estado do Paraná não invocando o passado, fazer uma recuperação dos salários mais baixo dos nossos servidores. Vamos apresentar daqui a uns dias, Deputado Belinati, um impacto na folha de alguns aumentos concedidos, de algumas emendas nossas não aceitas, que revogaram leis anteriores inclusive, contemplando uma quantidade pequena de servidores, mas pelo índice de aumento, pelo valor dos seus salários, criando um impacto muito maior do que se dessem para aqueles que ganham menos um aumento um pouco mais justo e equitativo.

Por isso que nesse momento que vamos votar o Judiciário elevando o salário de juizes, desembargadores, não temos nenhuma contestação. O número encontrado é o número da média ponderada, em meu nome particular e acredito que a grande maioria da nossa bancada votará sim Senhor em favor da mensagem porque é constitucional a autoria do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, é a média dos aumentos dados, mas votaríamos também, eu particularmente nessa defesa, e apelo aos Senhores Parlamentares de todos os Partidos, que aceitemos e votemos a emenda que dá linear de 14.09 também aos servidores do Judiciário, que é grande máquina que trabalha dentro desse importante setor da vida do Estado para que eles tenham condições de começar uma recuperação tendo um salário mais condizente, mais justo, mais digno, e possam trabalhar visto serem as pessoas que fazem o grande trabalho que o Judiciário faz no nosso Paraná inteiro.

Se é verdade que a média ponderada dos aumentos dados ao Executivo é invocada pela magistratura, também é verdade que a média ponderada dada pelo Executivo atinge

aos servidores do Judiciário que estão tendo nessa mensagem um aumento apenas de 10%. Era essa a colocação Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, para mostrar uma posição pessoal e acredito que a posição unânime de nossa Bancada, de respeito ao que determina a Constituição, de reconhecimento da autonomia dos Poderes, de encaminharem as suas mensagens, de uma análise de que a média ponderada dos aumentos diferenciados, sempre trará esse problema para essa Casa, mas que o índice 14.09 é o índice de impacto de folha.

Apenas pedimos a compreensão, a solidariedade, de todas as bancadas, de que esse aumento seja estendido a todos os funcionários do Judiciário, para que possamos recuperar o salário de tantos e tantos servidores que, trabalhando diuturnamente, têm também os seus salários defasados e para eles também vale a média ponderada encontrada para juizes, desembargadores, promotores, conselheiros, auditores do Tribunal de Contas.

Essa colocação íamos apresentar emenda. No entanto, o companheiro Nerone está com suas emendas preparadas. Somos solidários a essa emenda e solicitamos dos nobres Pares dessa Casa a sensibilidade em que possamos contemplar essa categoria sofrida do Judiciário do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

A Mesa registra a presença do Vereador Moacir José Friso, Vereador Valdemar Zocchi, Claudir José, de Laranjeiras do Sul. Estão visitando a Assembléia Legislativa a convite dos Deputados Sâmis da Silva e Cezar Silvestri. E mais ainda, o Superintendente do IPE, Valdemir Belinati e o Dr. José Valêncio Maciel de Almeida, Diretor do Departamento Médico do IPE.

Sobre a mesa expediente subscrito pelos Srs. Deputados Rossoni, Caíto Quintana, Elío Rusch, Ângelo Vanhoni, Sérgio Spada, Nelson Justus e Cezar Silvestri, na qualidade de líderes do PDT, PMDB, PFL, PT, PP, PTB e PSDB, respectivamente, constante do expediente indicando o nome dos Deputados na qualidade de titulares e suplentes para integrarem o Bloco Parlamentar Agropecuário desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 001/95 de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mestres e Alunos de Informática - AMAI, com sede nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 06 de 20.02.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 01/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Mestres e Alunos de Informática - AMAI, com sede e foro nesta Capital.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

Em votação

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O Artigo 28 do Regimento Interno estabelece que as Comissões Permanentes em razão de matéria de sua competência e as demais Comissões no que for aplicado cabe:

"I - ...

II - discutir e votar projetos, dispensando a competência do Plenário, salvo se houver recurso, se 1/10 dos membros da Assembléia Legislativa para as seguintes matérias, entre as quais, de Utilidade Pública, Cidadania Honorária, Convênios ou Doações de Imóveis".

Portanto, solicitamos ao Presidente desta Assembléia, que coloque em prática o Artigo 28 do Regimento Interno, evitando essas votações em Plenário, a menos que requerido de acordo com o estabelecido no Artigo 28 do nosso Regimento. Nesse sentido é que requeiro a aplicação do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa tem a informar ao nobre Deputado que os projetos de utilidade pública têm sido aprovados pelo Plenário e a Mesa entende que é perfeitamente constitucional e regimental, porque não é possível que uma Comissão disponha de tanto poder para aprovar projetos dessa natureza.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de n° 001/95, conservem-se com esta. **Aprovado.**

ITEM 02

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 015/95 de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Aurora. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 06, de 20.02.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 015/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Aurora.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 005/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação da Resolução n° 043/94. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 17 de 20.03.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 05/95

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo alterar o art. 1°, da Resolução n° 43/94, que autorizou a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Carambeí.

O objetivo da proposição é de corrigir o memorial descritivo de resolução já promulgada por esta Casa de Leis, assim sendo, não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação tanto no aspecto constitucional, regimental ou legal.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.03.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 016/95 de autoria do Deputado Cezar Sil-

vestri, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Marquinho, no Município de Cantagalo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 07 de 21.02.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 016/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Marquinho, no Município de Cantagalo.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 024/95 de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar do Trabalhador Rural de Ubiratã, com sede e foro no Município de Ubiratã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 09 de 06.03.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 024/955

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar do Trabalhador Rural de Ubiratã, com sede e foro no Município de Ubiratã.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 048/95 de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que cria 08 (oito) cargos de Procurador de Justiça no Quadro de Agentes do Ministério Público do Estado do

Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 14 de 14.03.95, Ofício n° 306/95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 048/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público, tem por objetivo criar 08 (oito) cargos de Procurador de Justiça no Quadro de Agentes.

Amparado na Lei n° 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar n° 74, de 23 de dezembro de 1994, a proposição não apresenta, também, qualquer óbice de ordem regimental.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.95

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 060/95, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que objetiva reajustar as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a partir de 1° de março de 1995. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 17, 20.03.95, Ofício n° 597/95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 060/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a partir de 1° de março de 1995.

Estando a presente proposição amparada na Constituição do Estado, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CEZAR SILVESTRI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 060/95

P A R E C E R:

De autoria do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o projeto de lei em tela tem por finalidade reajustar em 10% as tabelas de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal daquela Corte, a partir de 1° de março de 1995.

Ao passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça, a matéria recebeu aprovação quanto a seus aspectos constitucional e legal, tendo em vista a inexistência de óbices que prejudicassem sua

tramitação.

Sob os aspectos a que esta Comissão é chamada a opinar, temos que nada obsta à tramitação da mesma. Entretanto, de molde a igualar os valores ao reajuste concedido a outras categorias, consubstanciado no índice de 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento), apresentamos a matéria na forma do Substitutivo Geral em anexo, ao qual, antecipadamente, exaramos parecer favorável, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.03.95

(a) ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 060/95
SUBSTITUTIVO GERAL

Art. Único - O Projeto de Lei n° 060/95, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vigentes em janeiro de 1995, ficam reajus-

tadas na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2° - Ficam, também, reajustados os valores das Gratificações de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, na mesma proporção dos verificados nos vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 3° - Ficam, ainda, reajustados o valor da Gratificação de que trata o Decreto Estadual n° 2.966, de 24 de julho de 1980, para R\$ 25,23 (vinte e cinco reais e vinte e três centavos), o valor da Gratificação de Produtividade, para R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e o valor o Salário Família, por dependente legal, para R\$ 1,14 (um real e quatorze centavos).

Art. 4° - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Comissões, em 28.03.95

(a) ORLANDO PESSUTI - Relator

Comissão de Finanças

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n° 060/95

ANEXO ÚNICO

Tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a vigorar a partir de 1° de março de 1995.

Tabela I - Cargos Efetivos

NÍVEL	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	875,99	885,02	894,05	903,08
2	633,67	640,20	646,74	653,27
3	607,54	614,07	620,61	627,14
4	581,41	587,94	594,48	601,01
5	555,28	561,81	568,34	574,88
6	529,15	535,68	542,21	548,75
7	503,02	509,55	516,08	522,62
8	476,89	483,42	489,95	496,49
9	450,76	457,29	463,82	470,35
10	424,63	431,16	437,69	444,22
11	398,49	405,03	411,56	418,09

Comissão de Finanças**Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 060/95****ANEXO ÚNICO - CONTINUAÇÃO****Tabela II - Cargos em Comissão simbologia "DAS"**

Símbolo DAS-1	453,55
Símbolo DAS-2	400,30
Símbolo DAS-3	373,07
Símbolo DAS-4	319,01
Símbolo DAS-5	291,76

Tabela III - Cargos em Comissão simbologia "C"

Símbolo 1-C	188,29
Símbolo 2-C	173,89
Símbolo 3-C	160,52

Tabela IV - Funções Gratificadas

Símbolo 1-F	11,43
Símbolo 2-F	9,71
Símbolo 3-F	8,56
Símbolo 4-F	6,86
Símbolo 5-F	6,28
Símbolo 6-F	5,12
Símbolo 7-F	3,98

ANEXO ÚNICO

Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a vigorar a partir de 1º de março de 1995.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

MÊS: MARÇO/1995

NÍVEL	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	844,59	853,30	862,00	870,71
2	610,95	617,25	623,55	629,85
3	585,76	592,06	598,36	604,66
4	560,57	566,87	573,16	579,46
5	535,37	541,67	547,97	554,27
6	510,18	516,48	522,78	529,07
7	484,98	491,28	497,58	503,88
8	459,79	466,09	472,39	478,69
9	434,60	440,90	447,19	453,49
10	409,40	415,70	422,00	428,30
11	384,21	390,51	396,81	403,10

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 060/95
EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

Substitui no "caput" do artigo 1° da proposição em epígrafe, o percentual de: 10% (dez por cento) para 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento).

Sala das Comissões, em 28.03.95
(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Ricardo Chab, Luiz Cláudio Romanelli, José Maria Ferreira, Irineu Colombo, Caíto Quintana, Péricles Mello, Orlando Pessuti, Toti Colaço, Emerson Nerone, Ângelo Vanhoni.

ITEM 09
1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 067/95, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que reajusta, conforme especifica a partir de 1° de março de 1995, os vencimentos do Ministério Público do Estado do Paraná. COM PARECER DA C.C.J. E C.S.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. 23, de 23.03.95, Ofício)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 67/95

PARECER:
A proposição em tela, de autoria do Ministério Público do Estado Paraná, tem por objetivo reajustar os vencimentos do Ministério Público do Estado.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.95
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 067/95

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, tem como objetivo reajustar, conforme especifica, a partir de 1° de março de 1995, os vencimentos do Ministério Público do Estado do Paraná.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, nada encontrou que impeça a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.95
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

ITEM 09
1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 068/95, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que reajusta os ven-

cimentos dos Magistrados no percentual de 14,09 (quatorze vírgula zero nove por cento). COM PARECER DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no D.A. n° 23, de 23.03.95, Ofício)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 068/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar os vencimentos dos Magistrados daquele Tribunal, a partir de 1° de março de 1995.

Analizando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 068/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, objetiva reajustar os vencimentos dos magistrados no percentual de 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento).

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, nada encontrou que impeça a sua normal tramitação pelos órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) -
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero ler o parecer, com voto em separado, que tentamos colocar hoje na discussão dos projetos 68, 67 e 71 se não me engano na CCJ, e não foi possível, porque entendemos que houve um erro de encaminhamento da Presidência da CCJ ou um desentendimento com relação ao que havíamos discutido na reunião anterior.

Tentamos fazer também com que entrasse um voto, esse mesmo parecer com voto em separado na Comissão de Orçamento, mas também havia problema regimental pela forma anteriormente encaminhada. Então, gostaria apenas de ler, para justificar o porquê de apresentarmos, assim, como o Deputado Caíto Quintana defendeu aqui que

déssemos um aumento linear de 14,09%. Estaríamos apresentando, na segunda discussão, quando entrarmos no mérito uma emenda tornando o aumento linear em 14,09% por entendermos alguma coisa que aqui colocamos na justificativa.

(Lê):

"O Poder Judiciário do Estado do Paraná, tendo em vista a Mensagem n° 14/95, encaminhada pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Estado, que objetiva reajustar os níveis de vencimentos daquele Poder, resolve, na forma da Constituição Estadual, preocupado com fixação de uma política salarial estável em relação aos seus integrantes e no desempenho de suas atribuições legais, remeter ao Poder Legislativo, o presente anteprojeto de lei, que busca concretizar tal desiderato.

Para a sua elaboração, adotou-se percentual médio de aumento, em função do impacto financeiro, visto que a Mensagem do Executivo, beneficiou com aumento diferenciado setores funcionais daquele Poder, de 25% para o magistério, 15% para as Polícia Civil e Militar e 10% às demais categorias.

Diante desse quadro, em obediência ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, é necessário acentuar, que a perda acelerada do valor da moeda, inobstante os esforços concentrados do Governo em frear a inflação, impõe a revisão da remuneração percebida pelo magistrado.

Com efeito, considerando que a mensagem de lei remetida pelo Executivo, estabelece percentuais de aumento diferenciados, favorecendo, de consequência, determinadas categorias, a solução adequada e justa é optar um percentual médio de aumento, equivalente ao proposto de 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento), sem olvidar de que, sofrendo oscilações, a implantação é de rigor.

Estas são as justificativas apresentadas, nesta oportunidade, sem prejuízo de futuramente remeter projeto que fixa política salarial estável em relação aos integrantes do Poder Judiciário.

Curitiba, 20.03.95.

(a) CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO
Presidente"

Entendemos que essa justificativa é completamente cabível, totalmente aceitável, mas o seria se fosse remetido para todos os magistrados, para o Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e seus servidores.

As alegações propostas nessa justificativa do Tribunal de Contas deveriam caber para todos os servidores. É como se falássemos que diante do quadro é necessário acentuar que a perda acelerada do valor da moeda, inobstante os esforços

constantes do Governo, esforços concentrados do Governo em frear a inflação, é como se falássemos que esse item da justificativa não atingisse os servidores da justiça, como ressaltou o Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, é como se o serventuário como um todo, não tivesse direito a exatamente as justificativas propostas pelos magistrados.

Gostaríamos de ler o parecer em separado: as Proposições 67, 68, 71, respectivamente, originárias da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, objetivaram reajustar os vencimentos básicos mensais a partir de 1º de março de 1995, dos cargos do primeiro escalão e seus respectivos membros.

No que concerne a constitucionalidade e legalidade, competência dessa comissão, era o parecer que deveria ser dado à Comissão de Constituição e Justiça. Observa-se que os planos da lei apresentam índices diferenciados com relação aos demais servidores da mesma instituição o que os torna inconstitucionais e aí, então, alegávamos inconstitucionalidade.

Pois bem, preconizam a Constituição Federal e Estadual o seguinte, no artigo 37 da Federal e no artigo 27 da Estadual, respectivamente, no seu artigo 10.

(Lê):

"A revisão geral e reposição da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos, civis e militares, far-se-á sempre na mesma data.

Logo, não se concebe a diferenciação de índice. Entretanto, analisando sob a ótica do Judiciário, conforme justificativa a Proposição 68/95, temos a considerar:

I - A adoção de "percentual médio de aumento, em função do impacto financeiro, na ordem de 14,09%, não se justifica. Ou por acaso o Judiciário sabe exatamente qual o impacto financeiro de cada reajuste salarial sobre a folha do Executivo. Se este mesmo não tem conhecimento, como se conclui."

E aqui lembro-me do pedido feito por este Deputado quando num requerimento solicitamos ao chefe do Executivo, ao Senhor Governador que nos fornecesse uma lista de todos os servidores do Estado para que então fizéssemos uma análise mais criteriosa do impacto do reajuste e o próprio Líder do Governador nesta Casa, Deputado Algaci Túlio, nos prometeu que em 60 dias seria possível termos essa relação para que objetivasse tais estudos.

Portanto, não é possível justificar com a desculpa de que 14,09% tem mais ou menos impacto sobre a folha, já não sabemos qual o impacto exatamente de cada aumento diferenciado sobre a folha.

A alegação feita, a alegada perda ace-

lerada do valor da moeda que impõe a revisão de remuneração percebida pelo magistrado, soa de forma espúria, ante a contrastante realidade dos magistrados e servidores do Judiciário.

Em dezembro último os magistrados tiveram aumento de 26%, contra 16% dos servidores do Judiciário. Em janeiro do corrente ano, através de um ato administrativo, os magistrados tiveram uma vantagem: a incorporação de 23% aos seus vencimentos. Em julho de 93 os magistrados tiveram reposição de 53,6%, além de alguns complementos entre agosto e setembro, bem como novo aumento em outubro de 1994, na ordem de 69,8, incorporado aos seus vencimentos conforme Lei nº 10.915 que equiparou os reajustes do Ministério Público aos índices do funcionalismo. Em 27 de janeiro de 95 os magistrados obtiveram junto ao Supremo Tribunal uma liminar que numa ação direta de inconstitucionalidade suspendendo a eficácia do artigo 118, inciso I, letra D da Constituição Estadual. Esses fatos comprovam que os magistrados foram os menos prejudicados com a inflação - não quero dizer que não foram, foram prejudicados. Não estamos questionando aqui se os magistrados têm que ter ou não 14, achamos que têm que ter os 14,09, e mais.

E, na medida em que o Governo tiver condições de pagamento que haja um reajuste, que haja uma reincorporação das perdas para que cheguemos a índices aceitáveis, ou a salários aceitáveis. O que questionamos aqui é o porquê que 14,09 faz um impacto na folha de pagamento e lhes é dado. E por que então esse mesmo impacto não pode ser dado aos servidores da Justiça?

Senhor Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores e diversos outros Deputados, considerando os projetos que vieram com índices diferenciados, considerando inconstitucionais esses projetos no todo, pedimos que a Mesa - quando entrarmos no mérito em 2ª discussão - acate o pedido das três emendas, alterando o valor de 10% para 14,09% também dos serventuários. Não temos condições de avaliar o impacto disso sobre a folha tanto quanto a Justiça tinha, quando da justificativa.

Por isso, pedimos que seja acatada por essa Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto de Lei nº 68/95.

Senhores Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/95, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que reajusta conforme especifica os vencimentos dos servidores

ativos e inativos e adota outras providências. Com PARECER da C.C.J. e C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 23, de 23.03.95, Ofício).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 069/95

P A R E C E R :

A proposição em tela, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar os vencimentos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 069/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores e serventuários ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como salário do pessoal temporário regido pela CLT, a partir de 1° de março de 1995.

Passando o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, para que fosse analisado o aspecto constitucional e legal da matéria, essa nada encontrou que obstasse sua tramitação.

Obedecendo ao ditame da Constituição de nosso Estado, em seu art. 101, I, "c", que diz competir privativamente ao Tribunal de Justiça propor à Assembléia Legislativa a fixação de vencimentos de seu Quadro Funcional, recebeu o projeto, parecer favorável na sobredita comissão.

Assim sendo chamada essa Comissão para manifestar-se sobre o aspecto financeiro, conforme reza o art. 33, § 3°, do Regimento Interno desta Casa, igualmente nada encontra que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela.

Pelo acima exposto, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, devidamente

apoiada, nos seguintes termos.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI N° 069/95

Substitui nos caputs dos artigos 1° e 2° de proposição em epígrafe, o percentual de:

10% (dez por cento)

para

14,09% (catorze vírgula zero nove por cento)

Sala das Sessões, em 28.03.95

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Ricardo Chab, Luiz Cláudio Romanelli, José Maria Ferreira, Irineu Colombo, Caíto Quitana, Péricles Mello, Orlando Pessuti, Angelo Vanhoni, Emerson Nêrone e Toti Colaço.

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 070/95, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, a partir de 1° de março de 1995, conforme específica. Com PARECER da C.C.J. e C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 23, de 23.03.95, Ofício).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 070/95

P A R E C E R :

A proposição em tela, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar os vencimentos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça do Estado.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 070/95

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a partir de 1° de março de 1995.

Passando o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, para que fosse analisado o aspecto constitucional e legal

da matéria, essa nada encontrou que obstasse sua tramitação.

Obedecendo ao ditame constitucional, art. 114, § 2º, que diz ter o Ministério Público competência para reajustar o vencimento do Pessoal de seu Quadro Funcional, levando a proposta ao Poder Legislativo, recebeu o projeto, parecer favorável na sobredita Comissão.

Assim sendo, chamada esta Comissão para opinar sobre o aspecto financeiro, conforme reza o art. 33, § 3º, do Regimento Interno desta Casa, igualmente nada encontramos que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela.

Pelo acima exposto, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiada, nos seguintes termos.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI N° 070/95

Substitui no art. 1º do projeto em epígrafe, a expressão:

"na forma das Tabelas que constituem o Anexo I desta Lei"

para

o percentual de 14,09% (catorze vírgula nove por cento).

Sala das Sessões, em 28.03.95

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Ricardo Chab, Luiz Cláudio Romanelli, José Maria Ferreira, Irineu Colombo, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Toti Colaço, Emerson Nerone, Péricles Mello e Angelo Vanhoni.

Item 13 há um erro, o projeto do Tribunal de Contas e o avulso, saiu como se fosse do Ministério Público.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 071/95, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que reajusta o vencimento básico do Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em 14,09 (quatorze vírgula zero nove por cento), a partir de 1º de março de 1995. COM PARECER DA C.C.J. e C.S.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 23, de 23.03.95, Ofício).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 71/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,

tem por objetivo reajustar os vencimentos dos cargos de Auditor, Procurador do Estado e Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1º de março de 1995.

Analizando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 071/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas, através do Ofício n° 615/95, objetiva reajustar o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro e fixa os vencimentos básicos do cargo de Auditor, Procurador do Estado e Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Tal proposição já mereceu o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Nestas condições, esta Comissão emite o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s. 579 e 580, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 563, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 564, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 565, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 566 a 569, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.**

Requerimento n° 571, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 572 a 574, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 575 a 577, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 578, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 581, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 582, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 543, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 546, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 554, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 001, 015, 016, 024, 048, 060, 067, 068, 069, 070 e 071/95, e do Projeto de Resolução n.º 005/95.

Marca ainda uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 30, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 055 e 056/95.

Levanta-se a sessão.